

REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO

REACÇÃO

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADE ASSISTIVA



ANO XXVIII
ED.161
JULHO
2025



O SUCESSO DA MOBILITY & SHOW + EXPOBRAILLE 2025



LBI: 10 anos
de dignidade

Testamos o BYD
Dolphin Mini

10 LEI BRASILEIRA
DE INCLUSÃO

Um marco nos direitos e na
cidadania das pessoas com
deficiência.



Só a CAO A tem condições exclusivas para você.

Design premiado, dirigibilidade suave e o conforto que você merece.



Condições especiais para PCD.
Consulte nossos especialistas!



Desacelere. Seu bem maior é a vida.

CAOA





A Revista Nacional de Reabilitação - REAÇÃO é uma publicação bimestral da C & G 12 Editora Ltda

Telefone (PABX):(11) 3873-1525

www.revistareacao.com.br
contato@revistareacao.com.br

Diretor Responsável – Editor
Rodrigo Antonio Rosso

Administração e Financeiro
Patrícia Regina

Depto. Comercial
Alex Lima
Levy Carneiro

Diagramação
Fabiano Santos

Consultores Técnicos

Renato Baccarelli
Suely Carvalho de Sá Yanez
Romeu Sassaki (In Memoriam)
Carlos Roberto Perl (In Memoriam)

Colaboradores

Kelly Freymann
Rodolfo Sonnewend
Celise Melo
Kica de Castro
Bruno Oliveira de Carvalho
Igor Lima
Fabiano D'agostinho
Guto Maia
Lúcia Figueiredo
Andrea Bussade
Jorge Amaro S. Borges
Giovanna Proença
Sabrina Daniela
Larissa Sebalhos
Emmanuelle Almeida
Márcia Gori
Rita Mendonça
Cadu Arruda
Sandra Marchi
Ricardo Beráguas
Ana Lúcia de Oliveira
Marcos Freitas

Tiragem: 10 mil exemplares

Redação, Comercial e Assinaturas:
Caixa Postal: 46.322 - CEP 05110-970
São Paulo - SP
adm@cg12.com.br

É permitida a reprodução de qualquer matéria ou artigo publicado na REVISTA REAÇÃO – Revista Nacional de Reabilitação – desde que seja citada a fonte.

*Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião deste veículo, sendo assim, é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

APOIO:



Rehabilitation
International



@revistareacao



@revistareacao

EDITORIAL

10 anos de LBI e ainda falta tanta coisa: para que inventar?

Mesmo depois de 10 anos da criação da Lei Brasileira de Inclusão – LBI – Estatuto da Pessoa com Deficiência – os direitos ainda seguem com riscos constantes de retrocessos em áreas como: saúde, educação, trabalho e até mesmo no que diz respeito ao acesso à Justiça etc. A falta de acessibilidade e a invisibilidade social continuam, sem falar no aumento da violência, principalmente contra as mulheres com deficiência.

É minha gente... pelo visto ainda temos um longo caminho para a efetiva e verdadeira inclusão. Estamos, desde a pandemia, vivendo o chamado: “cada dia um susto” !

Parece que a espingarda do governo está apontada constantemente em direção da pessoa com deficiência, querendo acertar de qualquer jeito e derrubar aquilo que com anos de muita luta, foi conquistado a duras penas. E em todas as áreas. Vivemos perdas no que diz respeito às isenções de impostos na compra do carro 0Km, no acesso ao benefício do BPC e aposentadoria, na saúde e na educação, na Lei de Cotas... e agora, aparece ainda o tal “Código Brasileiro de Inclusão”, com a ideia trazida pelo Deputado Federal Duarte Jr., que é quem comanda a Comissão dos Direitos das PcD da Câmara dos Deputados em Brasília/DF. Só, que mais de 90% do segmento das pessoas com deficiência é contrária à essa junção de todas as leis em um “código”. Parecido com o que aconteceu com o “código de defesa do consumidor” na década de 90.

O motivo pelo qual praticamente TODOS são contrários é simples: o receio de se “abrir” novamente para discussão a respeito das leis e sobre tudo que foi conquistado até aqui, pode dar brecha para perda de direitos – seja por maldade, equívoco ou até mesmo por falta de informação – mas o principal é motivo é o fato da LBI, até hoje, depois de 10 anos, ainda não estar totalmente regulamentada.

Se a Comissão da Câmara está disposta a trabalhar em prol da PcD de verdade, por que não trabalha então – gasta tempo, energia e dinheiro público – para regulamentar o que já existe de leis ? Para que vai se criar algo novo, se nem o mais simples, que seria regulamentar o que já existe há 10 anos, ainda não foi feito ?

Outro fator que chamou muito a atenção do segmento da PcD em relação ao tal “Código Brasileiro de Inclusão” é o por que não foram chamadas para discussão sobre ele, nem a sociedade civil organizada (entidades, associações, lideranças etc) e nem o CONADE ou a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência ? Será isso uma ingenuidade ? Despreparo ? Ou malícia ? Maldade ? Má intenção ?

As desconfiças são muitas e justificáveis. Onde fica o “Nada sobre nós, sem nós” ?

São 10 anos de LBI ! São 10 anos lutando em busca de uma regulamentação necessária. Portanto, fica aqui o apelo ao nosso nobre deputado federal Duarte Jr. e à toda Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência em Brasília/DF: Parem de inventar moda ! Vamos pegar o que já existe e REGULAMENTAR ! Faça valer as leis com as armas que essa Comissão tem. E aí sim, depois de regulamentada a LBI, pensem em unificar tudo em um só documento, no tal Código Brasileiro de Inclusão. A ideia não é ruim, pelo contrário. Só estão querendo construir a “casa pelo telhado”... sem firmar os alicerces. Isso NUNCA dá certo.

Pensem nisso. Vamos começar pelo necessário: regulamentar a LBI !



Rodrigo Rosso
Diretor/Editor

“O anjo do Senhor acampa-se ao redor dos que o temem, e os livra. Provai, e vede que o Senhor é bom; bem-aventurado o homem que nele confia.” Salmos 34:7 e 8

LBI: 10 anos de dignidade, resistência e compromisso com a inclusão

No dia 6 de julho de 2025, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei Nº 13.146/2015 - completa 10 anos de existência. Conhecida também como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa lei representa um dos maiores avanços da democracia brasileira no campo dos direitos humanos. Uma década depois, precisamos mais do que comemorar: é preciso refletir, avaliar e, acima de tudo, defender esse marco legal de ataques que colocam em risco conquistas históricas.

A LBI não surgiu do acaso. Ela é fruto de um acúmulo histórico que começou antes mesmo da Constituição de 1988, mas ganhou força com ela. A proteção legal às pessoas com deficiência teve seus primeiros registros na Emenda Constitucional Nº 1/1969, ampliada pela EC Nº 12/1978, que previa educação especial e proibição de discriminação. Contudo, é a Constituição de 1988 que estabelece um novo paradigma, ao afirmar que a promoção do bem de todos deve ocorrer “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A partir daí, surgiram normas como a Lei Nº 7.853/89, que instituiu políticas de apoio à pessoa com deficiência, o Decreto Nº 3.298/99, que regulamentou essa lei e criou o CONADE, e as Leis Nº 10.048 e Nº 10.098/2000, que tratam de prioridade e acessibilidade. O Decreto Nº 5.296/2004, por sua vez, tornou-se um



marco técnico da acessibilidade no Brasil, ao estabelecer prazos e responsabilidades.

Mas foi com a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2008, com status de emenda constitucional, que o Brasil assumiu um compromisso internacional com o modelo social da deficiência. Essa Convenção redefine o conceito de deficiência, colocando a ênfase nas barreiras que a sociedade impõe às pessoas. E é sobre essa base que a LBI foi construída.

A lei consolidou, em linguagem jurídica, os princípios da Convenção. A LBI rompeu com a lógica assistencialista e tutelar, para afirmar o direito à autonomia, à acessibilidade, à educação inclusiva, ao trabalho digno, à vida independente e à plena participação social.

Segundo o Censo 2022, o Brasil tem hoje 14,4 milhões de pessoas com deficiência, representando 7,3% da população. Esses números revelam a importância da LBI como instrumento de garantia de direitos para um grupo social expressivo, historicamente invisibilizado e negligenciado nas políticas públicas. Não se trata de uma minoria irrelevante – trata-se de milhões de brasileiros e brasileiras que exigem respeito, equidade e cidadania.

A trajetória da LBI passou por muitos embates. A primeira proposta foi apresentada em 2000, pelo então deputado federal Paulo Paim, com 62 artigos. Em 2006, já como senador, Paim apresenta nova proposta, com quase 300 artigos. Entre 2010 e 2014, o CONADE promove oficinas, audiências públicas e mobilizações para garantir a participação popular. Em 2013, a deputada federal Mara Gabrilli é designada relatora, e o texto ganha forma final a partir de contribuições coletivas. A LBI foi aprovada em 2015 com apoio unânime do Congresso e sanção da Presidência da República.

Desde sua sanção, a LBI se consolidou como marco civilizatório, um acordo do Estado Brasileiro, reconhecendo a dignidade humana das pessoas com deficiência. Ao longo dos últimos anos, diversos artigos da lei foram regulamentados, entre eles: o art. 44 (reserva de assentos em espaços culturais e esportivos), art. 45 (desenho universal em hotéis), art. 51 (táxis acessíveis), art. 58 (acessibilidade em edificações multifamiliares), art. 65 e



art. 66 (acessibilidade em telecomunicações), art. 75 (tecnologia assistiva), art. 94 (Auxílio Inclusão), entre outros.

Também houve avanços na regulamentação da educação bilíngue de surdos (art. 28, IV), na capacitação do sistema de justiça (art. 79, §1º – Resolução CNJ 401/2021) e em alterações na Lei Orgânica da Assistência Social (art. 105). Esses marcos mostram que a LBI é um estatuto vivo, que segue evoluindo e dialogando com as necessidades reais das pessoas com deficiência.

No entanto, o Brasil ainda deve muito às pessoas com deficiência. A década que passou expôs um paradoxo: temos uma das legislações mais avançadas do mundo, mas convivemos com graves falhas na sua implementação. E toda política pública precisa ser avaliada para que possa ser efetiva. A LBI não é exceção. Chegou a hora de olhar com seriedade para sua aplicação. Onde avançamos? Onde estacionamos? Onde falhamos?

A resposta é clara: o problema não está na lei. Está na falta de vontade política para aplicá-la plenamente. A maioria dos obstáculos enfrentados decorre da ausência de orçamento, de prioridade nas políticas públicas e da invisibilidade do tema na pauta central do Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados, que deveria ser protagonista da garantia de direitos, ainda é profundamente capacitista quando se trata de alocar recursos para ações inclusivas. O que falta à LBI não é revisão – é compromisso.

Infelizmente, neste ano simbólico, a LBI sofre o mais duro ataque desde sua criação. O Projeto de Lei Nº 1.584/2025, apresentado sem nenhum diálogo com o movimento das pessoas com deficiência, pretende revogar a LBI e substituí-la por um suposto “código”, ignorando toda a sua trajetória participativa e institucional. É um projeto que desrespeita os conselhos de direitos, as mais de 5 mil entidades organizadas em todo o país e a Convenção da ONU. É um retrocesso que tenta apagar o protagonismo do segmento.

Esse ataque não é isolado. Ele revela o capacitismo estrutural que ainda impera na política brasileira. Nunca vimos propostas para desmontar o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Estatuto do Índio. Mas contra a LBI, há uma tentativa de reescrever a história sem ouvir os verdadeiros protagonistas. Isso mostra que o problema não está na mensagem da lei – está no mensageiro. A pessoa com deficiência, quando assume seu lugar de sujeito de direitos, incomoda.

Diante disso, é preciso dizer com firmeza: a LBI é um patrimônio da cidadania brasileira. Não aceitaremos seu apagamento. Precisamos, sim, regulamentar dispositivos pendentes, fortalecer o Fundo Nacional da Pessoa com Deficiência, garantir educação inclusiva de qualidade, apoiar as famílias atípicas, promover acessibilidade em todos os espaços e formar gestores comprometidos com os direitos humanos.

Nos últimos anos, o conceito de pessoa com deficiência tem sido profundamente ressignificado. A emergência de temas contemporâneos, como o espectro autista, as doenças raras e as condições neurodivergentes, ampliou o campo da deficiência e revelou novos desafios para as políticas públicas. Paralelamente, em 2015, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que recolocam os direitos humanos em um novo patamar global, exigindo abordagens mais integradas, intersetoriais e inclusivas. Ao mesmo tempo, a sociedade tem en-

frentado transformações profundas, como o avanço dos eventos climáticos extremos – que exigem protocolos de resposta inclusivos – e, mais recentemente, a pandemia da Covid-19, que escancarou desigualdades estruturais e vulnerabilidades múltiplas. Soma-se a isso o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas, com o crescimento da digitalização, da inteligência artificial e da intermediação algorítmica das relações sociais, que impõem desafios éticos e práticos à acessibilidade digital. O mundo está mais imprevisível: o clima muda, novas doenças surgem, as fronteiras entre o físico e o digital se alteram. Pois é, nestes 10 anos, o mundo mudou, e a implementação da LBI tornou-se mais desafiadora, mais urgente e ainda mais necessária.

Comemorar os 10 anos da LBI é, sobretudo, reafirmar nosso compromisso com a democracia, com a participação das pessoas com deficiência e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural. Que esse marco nos inspire a seguir lutando, com coragem e esperança, para que a inclusão não seja apenas uma promessa, mas uma realidade vivida por todas as pessoas. 🌐



Jorge Amaro De Souza Borges

é Pós-Doutor em Desenvolvimento Rural, Doutor em Políticas Públicas, Mestre em Educação, Biólogo, Vereador em Mostardas/RS e editor da Revista APAE Ciência.

Práticas de marketing mascaram o capacitismo nas empresas



Nos últimos anos, cresceu a pressão para que empresas adotem discursos e práticas de diversidade e inclusão. No entanto, nem sempre o que é anunciado nas campanhas publicitárias se traduz em mudanças reais no ambiente corporativo. Essa desconexão entre o discurso e a prática tem um nome: “diversity washing”. O termo descreve ações simbólicas que promovem uma imagem inclusiva, mas que, na prática, não garantem acessibilidade, representatividade ou respeito às diferenças. No centro dessa crítica, surge uma preocupação crescente com o uso da neurodivergência como vitrine — especialmente quando pessoas autistas e com TDAH seguem invisibilizadas no mercado de trabalho.

Com uma trajetória marcada pelo trabalho com pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o professor Nilson Sampaio reforça que diversidade real exige mais do que campanhas publicitárias. “Não adianta pintar o logotipo de azul, que representa a conscientização sobre TEA - se dentro da empresa não há for-

mação, acessibilidade ou escuta ativa para quem é diferente do padrão normativo. A inclusão começa quando as diferenças são vistas como parte do time, e não como exceção”, comenta o especialista, que desde 2013, dedica-se à arte para neurodivergentes. Ele ainda possui especialização em Educação Especial e Inclusão e em Neuroaprendizagem.

Sampaio aponta que as neurodivergências têm sido cada vez mais utilizadas como tendência por marcas que desejam se associar à pauta da inclusão, mas que nem sempre estão preparadas para isso. “As neurodivergências não são moda. São características que precisam ser compreendidas e respeitadas com profundidade. O capacitismo ainda é estrutural nos ambientes de trabalho, e não será uma ação isolada no mês da inclusão que vai resolver isso”, destaca Nilson.

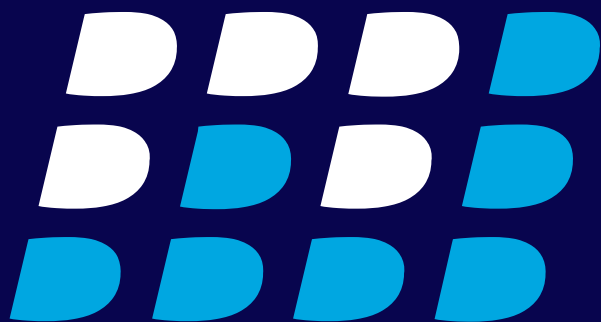
A baixa efetivação de práticas reais de inclusão se reflete em dados alarmantes: estima-se que apenas 85% das pessoas autistas estejam desempregadas. Para o professor Sampaio, isso é consequência direta da falta de preparo das empresas para acolher a neurodivergência de forma estruturada. “O mercado ainda enxerga as pessoas com deficiência com desconfiança ou paternalismo, quando o que elas precisam é de oportunidades reais, reconhecimento profissional e acessibilidade. A invisibilidade é uma exclusão muito cruel”, explica Sampaio.

Para o especialista, o primeiro passo é o reconhecimento da pessoa neurodivergente como profissional pleno. “Não é ação de responsabilidade social. Não é caridade. É reconhecer o valor das múltiplas formas de pensar, criar e trabalhar. Isso só acontece com formação das equipes, mudanças nos processos de recrutamento, lideranças abertas à escuta e uma estrutura que garanta acessibilidade em todas as etapas.”

Sampaio acredita que, mais do que evitar o ‘diversity washing’, é hora de pensar na diversidade com responsabilidade. “Quando a inclusão é real, ela transforma ambientes, enriquece processos e fortalece a coletividade. Mas, quando é só imagem, reforça estigmas e frustra quem luta por direitos”, completa. 🌐



CONHEÇA A MAIOR
GRÁFICA BRAILLE
DA AMÉRICA LATINA



*Fast***Braille**

ACESSIBILIDADE **NA VELOCIDADE NECESSÁRIA**

SOMOS A FORMA MAIS RÁPIDA E INTELIGENTE PARA FAZER SUA EMPRESA COMEÇAR A ATENDER, DE VERDADE, PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO.



Sabia que no Brasil somos mais de 6,5 milhões de pessoas com baixa visão e 540 mil pessoas cegas? A impressão braille-tinta vai além de uma obrigação legal, é a tecnologia ideal e insubstituível para assegurar a plena inclusão desse público no uso de documentos, e na leitura de livros, cardápios e materiais de comunicação. Venha participar deste mundo acessível com a Fast Braille.



Nossas festas populares são verdadeiramente populares?

Esforços para que qualquer pessoa possa se divertir em eventos como festas juninas existem, porém, são incipientes, principalmente para inclusão da diversidade funcional e neurodiversos

Festa popular é o que não falta no Brasil. Algumas têm fama regional e outras são conhecidas nacionalmente. No mês de junho, porém, se sobressaem as Festas Juninas. Destaque para os eventos da região Nordeste como o de Campina Grande, na Paraíba, conhecido como “O maior São João do mundo”, e o de Caruaru, em Pernambuco, famoso por ser “Capital do Forró”. Mas será que esses eventos – grandes, médios ou pequenos – são organizados com vistas à acessibilidade? Valmir de Souza, CEO da Biomob, startup especializada em soluções de acessibilidade e consultoria para projetos sociais, avalia que algumas iniciativas ocorrem e são positivas. Porém, falta muito para que haja equidade nesses ambientes.

“Essas festas são importantes não só para a economia local e o turismo, mas também para valorizar nossas tradições. E eu vejo como uma importante oportunidade para a sociedade refletir se realmente estamos garantindo o acesso de todas

as pessoas a esses espaços de diversão. Digo isso porque falar de acessibilidade vai muito além de implantar estruturas físicas. É claro que rampas, banheiros adaptados e sinalização adequada são fundamentais, isso é parte da acessibilidade arquitetônica, que ainda precisa avançar bastante em muitos eventos populares. Mas também é necessário olhar para outras esferas da inclusão”, questiona Souza.

Ele traz como exemplo um evento famoso de Rock, que não está ligado à cultura popular brasileira, mas que pode servir de modelo para as demais festas em território nacional. O espetáculo de nível in-

ternacional, além de rampas para cadeirantes, oferecia nos restaurantes e quiosques balcões com altura adequada para pessoas com deficiência, pisos táteis e sinalização em Braille, serviço de audiodescrição dos shows para pessoas com deficiência visual, intérpretes de Libras, plataformas que permitem que pessoas com deficiência auditiva sintam a vibração da música, entre outras iniciativas que realmente fazem a diferença. Mesmo assim, ainda não permite uma acessibilidade ampla e irrestrita.

Quanto às Festas Juninas, o executivo da Biomob avalia que, com base nas que ele já visitou, ainda falta muito a ser feito, embora, haja algumas iniciativas louváveis. Porém, falta um planejamento profissional. Ele dá como exemplo os banheiros químicos um item importantíssimo, mas que na maioria das vezes é difícil de ser usado até por quem não é pessoa com deficiência. Um cadeirante, então, não consegue nem entrar. Mas não só os químicos são problemáticos. Banheiros





comuns costumemente não oferecem nem um gancho ou prateleira para que os usuários (principalmente mulheres) possam apoiar ou pendurar uma pasta ou uma bolsa. Sem contar as questões de higiene. Pegar uma infecção urinária em lugares como esses é fácil.

“Dá para imaginar o quanto sofrem aquelas pessoas com problemas de mobilidade em recintos assim. É preciso que os organizadores contratem empresas e profissionais especializados em acessibilidade, que conheçam as necessidades dos diversos grupos, as soluções existentes e toda a legislação sobre o tema”, comenta Valmir.

Ele lembra que a acessibilidade não se limita a pessoas com mobilidade reduzida. Falta, por exemplo, acessibilidade comunicacional, que se traduz em garantir que todas as pessoas compreendam e acessem as informações do evento, com uma linguagem simples, neutra e inclusiva. Cardápios com letra legível, sinalização clara, intérprete de Libras em momentos específicos. Avisos visuais ou sonoros podem fazer uma grande diferença para pessoas com deficiência sensorial (auditiva e visual) ou neurodiverso (deficiência intelectual ou mental).

Outro ponto essencial é pensar na acessibilidade atitudinal e comunicacional, que diz respeito à forma como as pessoas são recebidas e tratadas. Isso inclui a postura das equipes organizadoras, vendedores, voluntários e do público em geral. Um ambiente acolhedor e respeitoso é o que realmente torna um evento acessível, mais do que qualquer estrutura. Além disso, é importante lembrar das pessoas com neurodiversidade, como o autismo, que muitas vezes enfrentam dificuldades com sons muito altos, luzes intensas ou locais muito cheios.

Pensar em espaços multissensoriais, áreas com menos estímulo e horários mais calmos pode ser uma medida sim-



ples, mas muito eficaz para garantir que essas pessoas também possam aproveitar o evento com conforto.

“É fundamental entender e reconhecer que as pessoas com diversidade funcional e as neurodiversas são consumidoras como qualquer outra. Elas não são meras espectadoras. Consomem, interagem, recomendam e fazem escolhas sobre

onde ir e o que viver. Muitas vezes, essa decisão influencia diretamente a participação de outras pessoas, como familiares, amigos ou acompanhantes, que também passam a fazer parte da experiência”, afirma o CEO.

Souza tem consciência de que organizar eventos de porte não é simples e que já existem esforços sendo feitos. Mas em sua opinião, sempre há espaço para melhorar. “A inclusão não deve ser vista como um detalhe e sim como parte do planejamento desde o início. Mais do que cumprir uma exigência, tornar uma festa acessível é uma forma de garantir que todas as pessoas possam viver a experiência por completo. E isso, certamente atrai mais público e, claro, gera mais faturamento”, conclui. 🌐

Excelência no atendimento a entidades do Terceiro Setor

ÁREA CONTÁBIL
JURÍDICA

FISCAL
RECURSOS HUMANOS

- ✓ ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS
- ✓ ESTRUTURA COMPLETA E MULTIDISCIPLINAR
- ✓ PLATAFORMAS AVANÇADAS ONLINE PARA CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTRAS LICITAÇÕES
- ✓ ORIENTAÇÃO EM PROJETOS A NÍVEL NACIONAL E SUPORTE PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Rua Apucarana, 759
Tatuapé - Cep 03311-000
São Paulo/SP
PABX: (11) 20952088

A2Office®

(11) 95128-8905

contador@a2office.com.br

www.a2office.com.br

ONG em São Paulo/SP leva o esporte a jovens em situação de vulnerabilidade social



No último ano, o CADES - Instituto Cidadania Através do Esporte, Educação e Cultura - alcançou mais uma importante marca. Fundado em 2007, a organização sem fins lucrativos chegou ao número de 78 mil atendimentos realizados para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Referência no desenvolvimento de projetos em torno da saúde física e mental dos jovens, já foram 130 parcerias com escolas da rede pública de ensino.

O Instituto CADES é amplamente conhecido pelo seu trabalho em prol da democratização do acesso ao esporte para escolas públicas e comunidades. Um de seus carros-chefe é o projeto “Tênis Para Todos Paraisópolis”, que já está na sua 7ª edição e oferece atividade física por meio da modalidade tênis de quadra, junto a ações transversais para crianças e jovens de 06 a 14 anos de baixa renda da rede pública de ensino da segunda maior comunidade da cidade de São Paulo/SP.

Já no caso do JAGUM - Esportes nas Comunidades - o intuito é garantir aulas de boxe, tênis e oficinas temáticas para crianças e adolescentes pretos, além de corrida e caminhada para adultos, em situação de vulnerabilidade social, com a finalidade de desenvolvimento social, econômico e educacional. Ao todo, são 12 meses de realização do projeto, sendo 6 em Parelheiros e os outros 6 nas regiões de Marsilac e Paraisópolis.

Além da prática esportiva, o foco também se torna a saúde mental, com a iniciativa Rede de Proteção Social, uma ação de caráter multisetorial, que possibilita o encaminhamento para psicólogos, órgãos de saúde e assistenciais. Além disso, ainda

aplica intervenções e rodas de conversa com o intuito de quebrar o silêncio em torno da saúde mental e da atividade física.

A entidade busca expandir a área de atuação e, hoje, também já opera diretamente com projetos que abordam questões de gênero, como no caso de ELAS no Futebol, Escola de Tênis para Meninas e Esportes de Raquete para Meninas, mostrando que a atividade física deve ser inclusiva e que todas as garotas podem crescer com o esporte inserido na rotina.

O mesmo acontece com crianças neurodivergentes, que também recebem a oportunidade de participar das atividades promovidas pelo CADES. O projeto “Pré-Atletismo na Educação Inclusiva”, por exemplo, tem como objetivo estimular a capacidade de aprendizado por parte de jovens que possam ter Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Síndrome de Tourette, entre outros.

“O Instituto CADES nasceu com a ideia central de funcionar como um parceiro efetivo das escolas públicas no desenvolvimento das nossas crianças. Já são 17 anos colaborando diretamente com milhares de famílias e gerando impacto social nos territórios onde atuamos”, afirma Ana Cristina Amaro, diretora do Instituto.

Todos os projetos esportivos educacionais do CADES englobam prática, teoria, oficinas e ações transversais. Tudo isso enquanto utiliza metodologia própria, com espaços e materiais adaptados. Para saber mais sobre o Instituto CADES:

www.institutocades.org.br



Falsa Inclusão: a ausência de um compromisso genuíno com a Inclusão Plena

A inclusão é uma das bases de uma sociedade equitativa. Ela surge a partir do entendimento das características únicas de cada pessoa. Neste sentido, visa entender quais são os aspectos que restringem a integração de todos na sociedade, possibilitando o acesso amplo e universal dos indivíduos. Esta é uma das providências mais importantes que devem ser tomadas para transformar a sociedade em um ambiente mais inclusivo. Existe uma mudança dos valores na nossa sociedade que, aliado às normas, tem feito com que sociedade e estado reconheçam os direitos das pessoas com deficiência. Porém, há um longo caminho a ser percorrido rumo à inclusão de fato.

Um exemplo claro de inclusão bem-sucedida seria se os sistemas educacionais adaptassem o ambiente, capacitassem seus profissionais, trabalhassem sobre a singularidade, baseando-se nas especifi-

cidades, interesses e necessidades de cada aluno, reconhecendo suas habilidades e dificuldades. Essa abordagem personalizada não apenas iria melhorar os resultados individuais, mas enriquecer o ambiente educacional como um todo, promovendo o desenvolvimento coletivo. As diferenças individuais exigem abordagens específicas para garantir que todos tenham as mesmas



oportunidades de participação e sucesso. A inclusão exige um compromisso com a empatia e o respeito pelas particularidades de cada indivíduo, ajustando as condições para que todos tenham participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

É fundamental diferenciar ações inclusivas genuínas e aquelas que, sob o pretexto de inclusão, apenas perpetuam desigualdades e injustiças.

No Brasil, a principal legislação que assegura a inclusão de pessoas com deficiência é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porém, cabe ressaltar que, embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja um marco recente, o Brasil possui outras leis e iniciativas que foram abordando a questão da inclusão de pessoas com deficiência, como a Constituição Federal de 1988, Lei Berenice Piana Nº 12.764 e a Lei de Cotas (Lei Nº 8.213/1991). No entanto, há ainda um verdadeiro abismo entre a previsão legal e a realidade concreta.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que representa 7,3% da população com dois anos ou mais.

A educação ainda é marcada por desigualdades significativas. O foco ainda permanece na deficiência e não no potencial, há falta de capacitação dos educadores e da equipe escolar, existe a inserção de pessoas com deficiência no mesmo ambiente, porém sem adequação, instituições de ensino sem infraestrutura física adequada para oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva, de qualidade em um ambiente que promova pertencimento.



No mercado de trabalho, apesar da Lei de Cotas, que obriga empresas com 100 ou mais funcionários a contratar um percentual de pessoas com deficiência, muitas empresas cumprem essa cota de forma meramente formal, sem oferecer as condições necessárias para que o profissional com deficiência possa desempenhar suas funções plenamente e se desenvolver na carreira. Na prática isso inclui, contratações para cargos de baixa complexidade ou “decorativos”, falta de acessibilidade no ambiente (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, pragmática e a principal delas, a atitudinal), falta de treinamento e sensibilização da equipe, e rotatividade elevada devido à falta de suporte e oportunidades.

Em nossa sociedade, de maneira geral, há barreiras de acessibilidade persistentes apesar das leis de acessibilidade, dificultando a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. O capacitismo ainda é muito presente, manifestando-se em comportamentos, falas ou expressões que pretendem inferiorizar pessoas com deficiência se comparadas com pessoas neurotípicas, limitando assim o acesso inclusive a direitos básicos até mesmo criando novas barreiras para que eles possam realizar atividades de forma independente.

A falsa inclusão de pessoas com deficiência no Brasil é um problema complexo que se manifesta de diversas formas, prejudicando os indivíduos diretamente envolvidos, mas também deslegitima os esforços genuínos de inclusão ao associá-los a injustiças evidentes. Isto ocorre quando a sociedade, empresas ou instituições realizam ações que parecem inclusivas, mas são tomadas para cumprir formalmente a lei ou para gerar uma imagem positiva, mas sem um compromisso genuíno com a inclusão plena, com uma mudança estrutural e cultural necessária. O que temos são ações superficiais que não abordam as raízes dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência, elas criam uma “maquiagem” de inclusão, sem promover a equidade, a autonomia, pertencimento e dignidade. É uma inclusão rasa, superficial. E, traz como consequência a frustração, isolamento e desvalorização nas pessoas com deficiência perpetuando estereótipos, limitando o potencial individual e reforçan-

do a ideia de que a inclusão é um “favor” e não um direito.

A verdadeira inclusão vai além de apenas o cumprimento da lei, mas uma mudança de mentalidade e a criação de ambientes que valorizem a diversidade,

promovam pertencimento, qualidade de vida, independência, autonomia e garantam que todas as pessoas, independentemente de suas individualidades, tenham as mesmas oportunidades de participar e prosperar. 🌈



Giovanna Proença é psicóloga. Especialista em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo e Desenvolvimento Atípico. Fundadora e Proprietária da MOVE Desenvolvimento Humano, empresa de Treinamentos, Capacitações e Consultorias em Inclusão, Acessibilidade e Diversidade. Mãe Atípica. E-mail: movedh@outlook.com.br

GRUPO DE APOIO A PESSOAS COM DEPRESSÃO, ANSIEDADE E PÂNICO

Mais de 12 mil vidas impactadas.

GAPDAP desenvolve projetos na área de saúde mental com o intuito de ajudar pessoas que passam por problemas como depressão, ansiedade e pânico.

PALESTRAS

Palestras de Responsabilidade Social e Motivacional.

ATENDIMENTO

GAPDAP realiza atendimentos individuais.

ACOLHIMENTO

GAPDAP realiza grupos de apoio psicológico.

MARCELO VILAS BOAS
Presidente.

LIVROS

APOIADORES

COLABORADORES

AFILIAÇÃO

CONHEÇA MAIS SOBRE NOSSOS PARCEIROS
WWW.GRUPOGAPDAP.COM.BR
(11) 95377-4041
Av. das Altrosas 16 - Cid. Patriarca - São Paulo - SP

Além do Diagnóstico: Mulheres que transformam Dor em Ação

O diagnóstico do autismo traz consigo grandes desafios. Ele não transforma apenas a rotina, como também modifica planos, ciclos sociais, trajetórias profissionais e afetivas. Diante da ausência de acolhimento e estrutura, para muitas mulheres e famílias não resta alternativa senão mergulhar nesse universo.

Munidas de conhecimento, força e uma enorme vontade de fazer a diferença, que muitas delas transformam a sociedade por meio do empreendedorismo. Histórias como essas se tornam símbolos de amor e resistência, com propósito, e cheias de verdade.

Foi assim com Patrícia Alonso de Oliveira Fruchi, professora que começou a dar aulas aos 16 anos. Ao se deparar com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) do sobrinho, iniciou uma jornada de afeto e aprendizado que mudaria sua vida.

“O impacto foi grande. Comecei a estudar e a entender um universo até então desconhecido”, relembra. Com dedicação, Patrícia alfabetizou o sobrinho em uma época em que pouco se falava em inclusão. “Mudei minha prática, saí da sala de aula tradicional e recomencei depois de 15 anos”.

Essa transição foi mais do que uma mudança de carreira: foi uma mudança de missão. Ao lado da irmã, fundou uma instituição na zona sul de São Paulo/SP voltada ao atendimento de crianças com TEA. Tornou-se psicopedagoga, passou a atender crianças e adolescentes, orientar escolas e famílias, supervisionar terapeutas e ministrar formações para profissionais da área.

Além disso, criou materiais pedagógicos adaptados, escreveu livros infantis voltados ao público autista e cofundou o canal “Projeto Amplitude”, no YouTube.

“O diagnóstico não é o fim. É o começo de um novo caminho”, afirma Patrícia. E o dela, certamente, impacta muitas vidas além da própria família.

Na outra ponta da cidade, na zona norte, conhecemos a trajetória de Karina de Paula Lourenço Fonseca, advogada que, desde 2008, atua na defesa do direito à dignidade no tratamento médico. No entanto, sua relação com a causa, tornou-se pessoal.

Mãe de três filhos, Karina viu a sua vida virar do avesso: Victor Salvador, diagnosticado com autismo, epilepsia e deficiência intelectual. “Foi como mergulhar no desconhecido. Um luto silencioso, que poucas mães sabem nomear, mas muitas conhecem profundamente”, relata. Não se tratava apenas de um diagnóstico, mas com ele estava o recomeço de uma vida.

Mesmo com a vasta experiência no campo jurídico, agora Karina sentia de perto a falta de preparo do sistema e de profissionais para lidar com famílias atípicas. Conheceu da forma mais dolorosa a escassez de atendimento humanizado.

Dessa dor nasceu a ideia de criar um espaço onde seu filho pudesse receber terapias com dignidade. O projeto tomou forma e cresceu até se tornar o “Instituto Clinicamente”, um espaço terapêutico que acolhe dezenas de crianças com TEA e suas famílias.



“Empreendi fora da minha zona de conforto, porque o amor não espera estabilidade”, diz. Hoje, além de continuar advogando, Karina está diariamente no Instituto, ouvindo outras mães, compartilhando vivências e ajudando a construir soluções. “Transformei a dor em direção. Transformei o medo em ação. E, principalmente, transformei o amor em missão”, conta.

Histórias como as de Patrícia e Karina refletem uma realidade cada vez mais presente, mulheres que se reinventam através do autismo, escrevem livros, fundam espaços terapêuticos, desenvolvem brinquedos sensoriais, criam camisetas com mensagens inclusivas, produzem materiais pedagógicos adaptados e canais de informação. Elas não apenas transformam suas próprias realidades, mas também ajudam a construir uma sociedade mais inclusiva e empática.

O diagnóstico de TEA é doloroso e abala toda a estrutura familiar. Mas, como mostram Patrícia e Karina, também pode ser o ponto de partida para transformar a dor em força, sendo os seus filhos, a maior razão para empreender.

“O autismo não é o fim - é o recomeço”. (Karina Fonseca)



Sabrina Daniela da Silva

é psicopedagoga, MBA em Jornalismo Digital – Graduada em Produção Publicitária, especialista em Educação Especial e mãe atípica.
E-mail: sabrina.mimosefestas@gmail.com



Medicamentos de alto e altíssimo custo pelo SUS: um direito, não um favor

O acesso à saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal. Quem precisa de medicamentos de alto ou altíssimo custo sabe que a realidade muitas vezes impõe obstáculos difíceis de superar. Seja para tratar doenças raras, ultrarraras, condições crônicas graves ou sequelas decorrentes de deficiências, o fornecimento desses medicamentos pelo SUS - Sistema Único de Saúde - ainda gera muitas dúvidas e, infelizmente, também muitas negativas injustas.

Por lei, o SUS é obrigado a garantir tratamentos eficazes para cada caso concreto, mesmo quando o medicamento necessário não integra a lista oficial do Ministério da Saúde. Isso vale especialmente quando o medicamento é essencial para preservar a vida, a dignidade e a autonomia da pessoa com deficiência, doença grave, rara ou até mesmo ultrarrara.

E se o SUS negar ?

Negativas administrativas são frequentes, mas nem sempre corretas. Nessas situações, é possível buscar orientação jurídica e ingressar com uma ação judicial. A Justiça tem reconhecido, cada vez mais, que o custo elevado não pode ser motivo para negar tratamento adequado a quem precisa. É importante apresentar documentos médicos atualizados, demonstrando que o medicamento é indispensável, que outras alternativas falharam e que há respaldo técnico-científico para o uso prescrito.

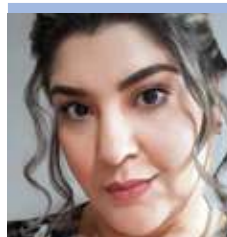
Vitórias que salvam vidas

Nos últimos anos, milhares de pessoas com deficiência, doenças raras, câncer, esclerose múltipla, epilepsia de difícil controle, entre outras condições, conseguiram garantir seu tratamento pelo SUS por meio da Justiça. Essas vitórias judiciais não são privilégios. São o reconhecimento de um direito básico: viver com dignidade.

Orientação é essencial

Se você ou alguém da sua família está enfrentando dificuldades para obter um medicamento de alto e altíssimo custo, busque orientação especializada. Um advogado ou a defensoria pública podem ajudar a reunir os documentos, entender os critérios exigidos e entrar com a ação adequada. O cidadão não está sozinho nessa luta.

Afinal, saúde é direito de todos. Negar tratamento é negar vida. 🌐



Larissa Sebalhos

é advogada especializada em Direito da Saúde para Pacientes.
Instagram: @larissasebalhos



**Uma ferramenta de acessibilidade e
inclusão social para empresas que queiram
conectar-se com pessoas surdas.**

"Sou muito grato ao ICOM
por me ajudar a romper as
barreiras da comunicação."

Diego de Lima
Curitiba/PR

✉ contato-icom@ame-sp.org.br



Eliana Naete - Intérprete de LIBRAS

Dia do Orgulho Autista

O “Dia do Orgulho Autista” foi instituído em 2005 pelo grupo “Aspies for Freedom” (AFF), do Reino Unido, para celebrar a neurodiversidade de pessoas do espectro autista. A data, 18 de junho, também surgiu para combater estereótipos e visões fatalistas sobre o autismo.

Vamos acompanhar o Dia do Orgulho Autista na visão de três (3) mães de autistas:



Isaura Sarto, mãe do **Vittorio** e do Lorenzo, advogada e editora do perfil @roteirobabyespecial no Instagram - “Neste Dia do Orgulho Autista, celebro o meu filho, Vittorio — um adolescente autista com uma forma única e brilhante de

ver o mundo. Como mãe, entendo que minha missão vai muito além do cuidado: é sobre cultivar sua autoestima, reconhecer seu valor e mostrar, dia após dia, que ele tem o direito de ser quem é, com orgulho. Incentivo o Vittorio a explorar, experimentar, se expressar. Encorajo-o a estar em diferentes espaços, com diferentes pessoas, vivendo a pluralidade da vida. Assim, ele constrói a convicção de que pode estar onde quiser, ser o que sonha e se conectar com quem faz seu coração vibrar. O orgulho que nasce nele é genuíno — alimentado pelo amor, pelo apoio e pela certeza de que é plenamente digno, exatamente como é. Hoje e todos os dias, reafirmo: estarei sempre ao seu lado, com amor, respeito e uma admiração sem fim”, conclui Isaura.



Bruno Caruso Caldato, 30 anos é natural de Campinas/SP. Graduado em Licenciatura em Música (UNIS-Varginha/MG) e cursa Dublagem no Simões Estúdio RJ. - “Música é minha vida, e dublagem meu objetivo de trabalho !”

Inês Amalia Caruso, mãe do Bruno, autista nível 1 de suporte, sente orgulho da coragem do filho de enfrentar todos os dias uma batalha diante de uma sociedade que, ainda não têm acolhimento e respeito com os neurodiversos. “Orgulho de poder se sentir representado por pessoas que abraçam a causa com informação com base em evidências científicas. No decorrer desse caminho com todas as dificuldades, muitas comorbidades, seguimos caminhando lado a lado com a falta de apoio emocional, familiar, falta de assistência, e de ver seus direitos a tratamentos adequados desrespeitados, sejam pela falta de assistência médica e de intervenções multidisciplinares, até a exclusão ! É um ‘rio bravo’, uma mistura de sentimentos de tentar se adequar e evoluir mesmo que seja em pequenas coisas, e ainda buscar um

entendimento, que nem sempre é efetivo e gera crises intensas e dolorosas. Nesse caminho tudo é feito de pequenos progressos e até onde vamos chegar, não sabemos, apenas que temos que ter forças para levantar sempre que for necessário. Autismo nível 1 tem suas demandas, 2 e 3 precisam de acolhimento necessário para se preservar o maior bem de todos que é a confiança e persistência de lutar todos os dias com o suporte necessário ! E eu estarei com ele todos os dias da minha vida”, finaliza Inês, emocionada !



Ana e Maria Luiza, gêmeas autistas de vinte (20) anos - “Quando recebi o laudo delas, foi um choque, pois não sabia o que era o autismo e um vazio tomou conta de mim, mas com o passar do tempo, tudo foi se encaixando, com

muita luta e sacrifício. Muitas vezes minhas filhas me perguntavam por que eram autistas. E eu sem respostas. Se passaram os dias, anos e hoje percebi que nós não temos controle de nada, que talvez aquilo que sonhei para as minhas filhas, era pequeno perante os olhos de Deus. Através do autismo, eu aprendi dar valor às pequenas coisas que talvez nem percebia. Minhas filhas só gritavam, não tinham contato visual. Elas adquiriram a fala, o desenvolvimento cognitivo e hoje, fazem faculdade. Neste Dia do Orgulho Autista, o que mais importa é que através desta imensa dor que senti e luta diária que enfrentamos o autista pode ter voz, gritar para o mundo que ele é capaz de tudo, que é ser um ser humano que tem desejos, vontades e sonhos. Conscientizar que somos diferentes mais realizamos coisas extraordinárias. Isso sim que é orgulho de ser quem você simplesmente é incrível. Sem preconceito e sem explicações... simples assim”, conclui Fátima, mãe das gêmeas Ana Maria e Maria Luiza. 🧡



Andrea Bussade de Oliveira

é jornalista e mãe da Rafaela e do Gabriel, com autismo.

E-mail:

andrea.bussade.oliveira@gmail.com

Regina e seu filho Nicolas adoram a dança e o teatro!

Olá, queridos leitores! Conversei com Regina Vatezeck Garrido, de São Paulo/SP. Sua infância foi boa, sem regalias, ia pescar com seus pais e irmãos, fez aulas de jazz e ballet quando tinha 7 anos, brincou na rua com amigos e começou a trabalhar cedo, aos 14 anos, em um escritório de contabilidade. Quando trabalhou com uma dentista, fez curso de instrumentação cirúrgica e, assim, iniciou na área da enfermagem, concluindo a faculdade.



Hoje faz curso de Pedagogia, mas não atua em nenhuma das profissões, pois se dedica ao filho. Nicolas nasceu prematuro de 24 semanas de gestação e ficou na UTI por 6 meses. Nesse período, teve muitas infecções, várias meningites, fez transfusões de sangue, cirurgias nos olhos para tentar segurar a retina, mas sem sucesso. Teve descolamento da retina de ambos os olhos, tornando-se então, uma pessoa com deficiência visual.

O pai e a família estão sempre presentes e ajudam em tudo o que é necessário. Graças ao seu marido, Allan, que proporciona estabilidade financeira, Regina consegue estar presente nas atividades e terapias junto ao Nicolas.

Ele está agora com 14 anos, lê o Braille e estuda no Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico, no 7º ano do ensino fundamental II.

Quando Nicolas iniciou os estudos no Padre Chico, com quase 4 anos, sua mãe conheceu Fernanda Bianchini, que já ensinava meninas cegas a dançar ballet. E, na associação dela, também havia teatro para crianças e Nicolas quis aprender.

A dança tem sido ótima para desenvolver o equilíbrio,



a movimentação do corpo, lateralidade, autonomia, regras, autoestima e tudo tem ajudado no seu desenvolvimento. Hoje, ele faz parte da Cia. Jovem da Associação Fernanda Bianchini, dançando ballet, fazendo teatro, musicalização e, à parte, faz aulas de bateria e técnica vocal. Seus pais sem-

pre o incentivam a se dedicar e fazer o seu melhor.

Regina sempre gostou de dança e teatro e atualmente faz aulas de danças urbanas. Seu sonho é ver seu filho fazendo o que gosta, desenvolvendo-se, mas tem a consciência de que o futuro a Deus pertence. 🌈



Celise Melo (Celelê)

é cantora, compositora, musicoterapeuta, atriz, educadora, escritora e é sucesso de público no Brasil e no exterior. Tem Livros, EPs, DVDs, Show, Programa de TV Educativo e de Rádio Arte e Inclusão!
Site: www.celeleemigos.com.br
Instagram: @celeleemigos



Síndrome do Nariz Vazio (SNV): quando respirar se torna um sofrimento invisível

Meu nome é Emmanuelle Almeida, sou casada e mãe de 2 filhos. Em 2020, durante a pandemia, descobri, aos 42 anos, uma gravidez inesperada, mas muito bem-vinda. Desde o início, enfrentei muitas complicações: risco de pré-eclâmpsia, pressão alta e uma rinite gestacional severa que me impedia de respirar bem e dormir. Nunca tive problemas respiratórios antes, tudo foi causado pelos hormônios da gestação.

Busquei ajuda de um otorrinolaringologista, que me propôs uma cauterização dos cornetos nasais, afirmando que era algo simples, com anestesia local e recuperação tranquila. Fiquei de pensar e dar uma resposta. Após algumas semanas, acabei aceitando realizar o procedimento. Eu realmente confiei no médico quando ele disse que seria tudo muito rápido e tranquilo. Fui submetida à turbinectomia - redução dos cornetos nasais - em 3 novembro de 2020, aos cinco meses de gravidez.

Após alguns dias já percebi que algo estava errado: a dor era intensa e a respiração piorou muito. Eu sentia como se tivesse uma queimadura aberta na mucosa nasal. O médico só ignorava minhas queixas, afirmando que estava tudo bem. Ele chegou a dizer que meu problema era porque eu pensava demais e que tinha que ir a um psiquiatra para

tomar remédio para ansiedade. Procurei, então, outro otorrino, que disse que meus cornetos estavam “no osso” e que eu estava com uma infecção. Precisei tomar antibióticos fortes durante a gravidez, devido a infecções, e corticoide injetável, por ter contrações antes do tempo.

Quando meu filho nasceu, eu mal conseguia enxergá-lo, pois a lesão nasal também comprometeu meus olhos, devido à proximidade. Eu gritava de dor na maternidade. A dor, apenas por respirar, era tão grande que precisei de ajuda para tudo, inclusive para cuidar do bebê. Em meio à pandemia, familiares nos ajudaram financeiramente a contratar cuidadoras, e minha sogra veio de longe para me apoiar, pois minha mãe já é falecida há muitos anos.

Passei por vários médicos sem respostas, até que um especialista finalmente me deu o diagnóstico correto: Síndrome do Nariz Vazio (SNV). Chorei ao ouvir, porque, pela primeira vez, alguém compreendia meu sofrimento e mostrou nos exames que eu realmente não tinha como estar respirando direito, uma vez que grande parte dos meus cornetos nasais inferiores, havia sido amputada. Minha vida mudou drasticamente desde então.

No início fui resistente, me negava a aceitar que tinha SNV. Mas, com o tempo, comecei a estudar sobre a síndrome e descobri um grupo no WhatsApp



de portadores da SNV, que lutavam pelo reconhecimento e por tratamento para essa condição. Eles me apoiaram muito.

Hoje somos centenas de vítimas desse erro médico por todo Brasil. Milhares em outros países. Muitos, inclusive, sem o diagnóstico correto. São histórias tristes e sofridas. Vidas, famílias, empregos, sonhos, tudo destruído por uma cirurgia conduzida de forma irresponsável. Muitas dessas cirurgias nem tinham indicação, como a minha. Descobri depois que, devido ao edema dos cornetos nasais na gravidez, a cirurgia não era indicada para mim naquele momento.

A Síndrome do Nariz Vazio (SNV) ou “Empty Nose Syndrome (ENS)” é uma condição grave causada por intervenções cirúrgicas nasais como turbinectomia ou turbinoplastia, realizadas de forma excessiva ou agressiva. Esses procedimentos removem parcial ou totalmente os cornetos nasais - estruturas fundamentais para o bom funcionamento da respiração, pois umidificam, filtram e aquecem o ar inspirado. Também têm a função sensorial de informar ao cérebro que o corpo está respirando. Alguns afirmam ser uma complicação rara, mas, na verdade, é frequentemente subdiagnosticada.

O paradoxo da SNV é cruel: mesmo com as vias aéreas abertas após a cirurgia, os pacientes sentem que não conseguem respirar. Esse fenômeno decorre da ruptura da comunicação neurosensorial entre os nervos nasais e o cérebro e, também, da mudança na aerodinâmica do fluxo nasal, gerando sintomas como sensação constante de sufocamento, ressecamento nasal extremo, dor neuropática crônica, cefaleias, insônia, ansiedade, depressão e ideação suicida.

A síndrome traz sequelas profundamente incapacitantes e desumanas. Muitos não conseguem mais trabalhar ou estudar, realizar exercícios ou qualquer esforço físico. Estar em ambientes com ar-condicionado ou ventilador torna-se muito sofrido, devido ao ressecamento nasal e as dores neuropáticas. Momentos de lazer, como passeios e viagens são exceções. Dormir se tornou um grande desafio para a maioria dos portadores da SNV, mesmo com o uso de medicamentos, uma vez que a falha está no processo respiratório e, não, no cansaço extremo que sentimos. É como se tivessem nos empurrado para um limbo cheio de “mortos-vivos”, pois hoje apenas sobrevivemos, em meio a muitas dor e sofrimento. Mas, também com muita luta e resistência.

Infelizmente, a SNV é pouco conhecida por grande parte da comunidade médica, além de também ser desvalidada, o que amplia o sofrimento dos pacientes. Por falta de reconhecimento, muitos portadores são tratados como hipocondríacos ou ansiosos, quando, na verdade, estão vivendo um colapso funcional e sensorial do sistema respiratório. Em alguns países já existem estudos sobre a síndrome, mas tudo ainda em estágio inicial. No Brasil, atualmente, não há, sequer, qualquer análise relevante sobre o assunto.

Até o momento, não existe nenhum tratamento padrão para a SNV. Apenas paliativos, como hidratação com soluções salinas etc. Algumas cirurgias experimentais de enxerto são também realizadas, utilizando-se os mais diversos materiais, desde sintéticos a autólogos, como cartilagem de costela. A maioria dessas cirurgias não oferece grandes resultados ou, até mesmo, pioram o quadro do paciente.



A negligência em torno da SNV tem custado vidas. Já perdemos irmãos e irmãs para o suicídio, por não suportarem o sofrimento, sufocados por um sentimento de desespero que permanece invisível aos olhos da sociedade e dos próprios profissionais de saúde.

Por isso, temos lutado tanto pelo reconhecimento da síndrome como uma condição séria de saúde pública e por tratamentos realmente eficazes. Nossa esperança está nas terapias regenerativas com células-tronco, matriz extracelular e outros biomateriais e, também, na bioengenharia de tecidos e bioimpressão 3D. Além disso, reivindicamos o reconhecimento do portador da SNV como pessoa com deficiência, diante de todas as dificuldades que nos foram impostas devido às sequelas dessas cirurgias.

Sabemos que o caminho é longo, mas é necessário dar os primeiros passos.

Desta forma, precisamos do apoio da mídia, da sociedade, das entidades médicas e dos representantes políticos para divulgação, reconhecimento e criação de políticas públicas de assistência para os portadores da SNV.

Minha força em não desistir vem dos meus filhos. Hoje meu caçula tem 4 anos. Por causa da SNV, nunca conseguimos fazer uma viagem em família com ele. Também perdi comemorações na escolinha pelo mesmo motivo. Meu filho mais velho, de 16 anos, ganhou um prêmio pelo desempenho no colégio ano passado e eu não estava lá.

Tenho notado que, com o tempo, os sintomas da síndrome vêm piorando.

Desejo que a assistência e o tratamento às vítimas da SNV se tornem realidade num futuro próximo. Para que recuperemos nossa dignidade e humanidade. E que respirar não seja apenas um ato de dor e sobrevivência, mas de inspiração num futuro melhor, cheio de vida! 🌊



Emmanuelle Almeida é mãe, esposa, administradora e portadora da Síndrome do Nariz Vazio.
E-mail: manumariz@gmail.com



Os alicerces da inclusão: ética, amor e o poder transformador da tecnologia

Após 17 meses de luta contra o INSS para conseguir a autorização para regressar ao trabalho depois de ter ficado paraplégico, a data tão esperada finalmente chegou.

Preso no trânsito caótico de São Paulo, eu irradiava alegria, algo que nunca imaginei ser possível em meio a um congestionamento.

Naquele local, as diferenças se dissipavam. Eu era apenas mais um atrás de um volante, um condutor como qualquer outro. Essa sensação de igualdade era extasiante para mim: o carro e o cenário me permitiam ser igual a todos, e todos me viam da mesma maneira.

A despeito dessa sensação, o receio do que estava por vir me deixava inseguro: Será que o mesmo acontecerá no trabalho? Como serei tratado? Com dó? Pena? Preconceito? Me relegarão a tarefas sem importância ou me respeitarão como um profissional competente?

Eu esperava que a minha deficiência não fosse o foco, mas sim as minhas capacidades e contribuições. Queria que a

minha cadeira de rodas fosse vista apenas como uma ferramenta, assim como é um par de óculos, por exemplo.

No entanto, eu me questionava se essa bela experiência no trânsito se repetiria no ambiente corporativo. Excitação e apreensão competiam com as notícias que eu ouvia no rádio do carro. O medo crescia a cada quilômetro, a cada minuto. Cercado por motoristas impacientes, aproveitei para refletir: Se aqui, neste cenário inóspito, há igualdade, por que seria diferente no trabalho?

Baseado nisso, tracei um paralelo interessante que me revigorou. O carro, uma ferramenta assistiva, nivelava as diferenças, eliminando razões para distinções. Eu tenho tudo o que preciso para desempenhar as minhas funções como qualquer colega, pensei, a minha confiança crescendo. Lembrei-me do que aprendi durante os meus 25 meses com deficiência: Basta eu olhar para todos com confiança, e todos me verão como alguém forte e capaz.

Com o semáforo fechado, encarei o meu reflexo no espelho retrovisor e me encorajei: O mundo é o meu espelho. Ajustei a postura no banco, ergui o queixo e refleti: Se eu me vir como víti-

ma, serei tratado como uma. Se eu me vir como insuficiente, serei preterido. Uma força emergiu em mim e eu me convenci: Sempre vou olhar para todos como alguém capaz de mover montanhas, e assim me verão.

O primeiro dia de trabalho da minha nova vida foi ótimo. Repleto de promessas positivas ! Naquela noite, voltando para casa, percebi que eu estava me redescobrimo, e descobrimo um novo mundo. Cada palavra trocada com colegas do trabalho foi como um tijolo na construção de algo novo. Mas algo ainda parecia não se encaixar. Algo ainda parecia superficial e frágil.

Enquanto eu dirigia, como se estivesse em um túnel que me isolava da realidade, pensei nos diálogos no trabalho e refleti sobre os desafios da inclusão que impediam que as pessoas com deficiência vivessem plenamente, com autonomia e com dignidade. Questionava-me: O que impedia que houvesse espaços públicos e privados com boa acessibilidade para garantir equidade social ? E por que ainda há dificuldade em tratar todos, absolutamente todos, com igualdade e respeito ?

Essas perguntas me levavam a considerar quais seriam os pilares fundamentais que contribuíam para esse problema tão destrutivo numa sociedade.

Diversas respostas apareceram na minha mente, mas 4 elementos prenderam a minha atenção: educação, justiça, respeito e solidariedade.

Educação - não aquela acadêmica, mas aquela que está relacionada ao que se aprende dentro de casa, recebida no seio familiar, que inclui ensinamentos morais e éticos passados através de bons exemplos.

Justiça – não a justiça no sentido legal, mas principalmente aquela baseada nas regras sociais que a humanidade desenvolveu ao longo de milênios na busca por ordem social.

Respeito - ou a falta dele – que está interligado ao preconceito, à discriminação e à intolerância. Fatores que impedem que a potencialidade do outro seja vista, o que promove barreiras que extrapolam as físicas.

Solidariedade – aquela que permite que uma comunidade foque na unidade e na cooperação entre os seus membros, que promove ações coletivas em prol do bem-estar comum e suporte mútuo.

Imaginei, então, que esses 4 pilares formavam as paredes de uma casa, a qual representava a sociedade que eu havia acabado de idealizar. No teto dessa casa, sustentado por essas paredes, estava a inclusão. Quão felizes seriam os moradores dessa casa ? Coloquei-me a sonhar.

Apesar do ânimo com tais respostas, concluí que elas não eram suficientes. As paredes precisavam de uma base sólida e eu me perguntei qual deveria ser o piso dessa casa. A resposta que me surgiu foi: o amor. O amor ao próximo, o amor Ágape. Sem amor, essas paredes não se sustentariam, e o teto da inclusão cairia.

Conduzindo através do túnel infinito, eu parecia estar

numa outra dimensão. Conectado a algo maior, eu continuava com as minhas contemplações: mas uma casa segura precisa mais do que um piso, quatro paredes e um teto. Num relampejo de luz, lembrei-me do sermão da montanha de Jesus e da questão do alicerce: a casa está construída sobre areia ou sobre rocha ?

Tive a certeza de que a diferença estava no alicerce sobre o qual a casa é edificada. Percebi que esse era um ponto primordial para a segurança dos habitantes deste lar. Se a fundação fosse de areia, mesmo com o piso do amor, as paredes não se sustentariam. Consequentemente, a inclusão desabariria e todos estariam fadados ao caos ocasionado pela desigualdade, intolerância e conflitos.

Então, qual é a rocha sobre a qual essa casa deve ser construída ? Qual deve ser a sua sólida fundação ? Constatei que essa fundação vinha se esfarelado e não era mais uma prioridade. Como o clarão silencioso de um relâmpago que ilumina a escuridão, a resposta veio clara: a base é a ética. Então, formulei o raciocínio: com uma ética inabalável, a sociedade se torna um lar seguro. A ética é um valor universal que distingue o bom do mau, o justo do injusto, é a voz interna que promove a obediência ao que não é obrigatório. Com sólidos valores e princípios éticos a casa não cairá. Sobre a ética está o amor. Apoiados no amor, e suportados por ele, estão a educação, a justiça, o respeito e a solidariedade, que juntos sustentam a inclusão. Dessa forma a sociedade, protegida por todos os lados, é capaz de proporcionar um ambiente de plena dignidade a todos.

Mas desanimei-me com a pergunta que me ocorreu: Onde está o amor ? Deduzi, e até mesmo desesperançoso, que a falta de ética o havia enfraquecido.

Ao chegar até aqui, talvez você se pergunte como resolver isso. Tenho refletido muito sobre isso, e a resposta que me vem é: “Inteligência Artificial”. Loucura ? Pode parecer que sim, mas é com base nesta loucura sensata que estou dando vida a XRAM - 2081, uma obra em 5 volumes cujo primeiro será lançado em agosto próximo. Os interessados no livro, entrem em contato comigo através do perfil no Instagram: @fabsdago 🌐



Fabiano D'Agostinho

é formado em Tecnologia Elétrica pelo Mackenzie, pós-graduado em Administração de Marketing pela FAAP, com extensão em Administração de Negócios e Gerenciamento de Projetos na UC Berkeley (USA). Tem passagem por empresas como Questus, em San Francisco, AgênciaClick Isobar e Dentsu Aegis. É um peregrino criativo de 49 anos, cadeirante desde os 26, professor, palestrante, ator, escritor, pensador, marceneiro, marido e pai de um adolescente de 15 anos. Atualmente é consultor, mentor e COO da ConexCI, uma empresa de consultoria estratégica e operacional para incorporadoras e construtoras. Redes Sociais: @fabsdago

Mulher com Deficiência, atualmente é vista?



Após um período fora do segmento da mulher com deficiência, tenho observado que muitas coisas melhoraram, assim como alguns direitos sobre violência a esse grupo que é vulnerável houve avanços. Porém estamos só começando esta caminhada, haja vista, que existem pautas necessárias.

Ainda temos notícias de mulheres que são presas, servindo até de escravas no ambiente de trabalho, esterilização sem consentimento, estupros de pessoas que deveriam protegê-las, alguns pais que ainda resistem em incluir a filha que tem algum tipo de deficiência, com medo que sofram, engravidem e tiram o direito de escolhas por superprotecionismo. Todas essas são atitudes contrárias a tudo que lutamos.

Os nossos corpos e desejos ainda sofrem “sequestros”, como se fossemos incapazes de saber o que queremos com uma forte imposição capacitista.

O capacitismo é muito forte dentro da família, pois é por aí que tudo começa, sob o manto do amor e proteção somos tolhidos em nossas ideias e aspirações de conhecer e vivenciar nossas histórias.

Muitos crimes são cometidos contra essa parcela do segmento, sem apoio e orientação essa mulher fica calada porque não tem como se proteger, mesmo porque o próprio Estado ainda não tem esse olhar e empatia.

Precisamos de funcionários humanizados para atendimento em todas áreas, treinados para observar e detectarem os sinais que são emitidos pela vítima, casas abrigos acessíveis com cuidadores e/ou facilitadores, psicólogos preparados para auxiliar a reconstrução da autoestima, amor próprio e confiança para seguir em frente.

O assunto é complexo, doloroso, porém precisamos falar mais sobre isso ainda mais com a demanda sempre se renovando

com várias deficiências chegando, também precisam ser acolhidas.

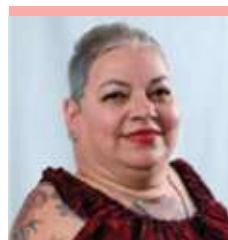
Também temos muitos assuntos pendentes a serem resolvidos, tais como, avaliação psicossocial da Pessoa com Deficiência que é urgente a regulamentação, pois é um avanço para nossas vidas trazendo grandes ganhos sociais... E ainda tem pessoas que pensam que está tudo resolvido e outros com projetos de lei trazendo retrocessos com discursos que estão melhorando o que já existe.

Sinceramente, toda nossa legislação foi construída com muita luta e articulação, tivemos políticos que agregaram, acolheram, contribuíram com nossa causa, respeitando nossas decisões. Foi difícil? Ah.... Se foi! Mas, havia mais diálogo. Atualmente temos políticos despreparados, mimados, buscando holofotes custe o que custar, desrespeitando nossa história de luta... Isso é muito cansativo? Um pouco. Porém, estamos unidos e prontos para todo tipo de batalha.

Esse último desabafo é um assunto delicado, que está tomando nossa atenção. É sobre o projeto de lei Nº 2661/2025, que cria o Código Brasileiro de Inclusão. Um Cavalo de Tróia, cheio de retrocessos que o Deputado Duarte Jr. fica enganando pessoas usando de argumentos falsos... enfim. Estou muito zangada com este assunto. Pensar que tudo foi pensado com o intuito eleitoral, também quem não quer ganhar um salário com benefícios somando mais de R\$ 100 mil nas custas do povo brasileiro?

Difícil né pessoal? Triste isso. Bom, estou de volta para alegrias de uns e desesperos de outros.

Até a próxima e nunca se esqueçam: “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”! 🌈



Márcia Gori é bacharel em Direito-UNORP, Presidente-fundadora da Ong “ESSAS MULHERES”, Idealizadora da Assessoria de Direitos Humanos - ADH Orientação e Capacitação LTDA, Ex-presidente do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência - CEAPCD/SP 2007/2009,

ex - apresentadora do Programa Diversidade Atual no canal 30-RPTV, ex-Conselheira Estadual do CEAPCD/SP 2009/2011, ex-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São José do Rio Preto/SP 2009/2012. Idealizadora do I Simpósio sobre Sexualidade da Pessoa com Deficiência do NIS – Núcleo de Inclusão Social da UNORP, Seminário sobre Sexualidade da Pessoa com Deficiência na REATECH 2010 a 2015, co-realizadora do I Encontro Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência em 2012, capacitadora e palestrante sobre Sexualidade, Deficiência e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência, modelo fotográfico da Agência Kica de Castro Fotografias.
E-mail: marcia_gori@yahoo.com.br

NOVO NISSAN KICKS



ATTITUDE TO DISRUPT

INOVADOR, MODERNO E COM
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PCD!



DESIGN
INCONFUNDÍVEL



PORTA-MALAS
DE 470L



CONJUNTO DE
TELAS DE 24,6"

FAÇA UM TEST DRIVE.

SAIBA MAIS EM [NISSAN.COM.BR/NOVO-KICKS](https://nissan.com.br/novo-kicks)
Consulte condições em nissan.com.br/ofertas. Imagens ilustrativas



Desacelere. Seu bem maior é a vida.

NISSAN
**MOBILIDADE
PARA TODOS**

Mobility & Show + Expo Braille 2025 atraiu mais de 7 mil visitantes em 3 dias de evento em São Paulo/SP

O Transamérica Expo Center foi o palco da celebração da inclusão, acessibilidade e inovação com experiências emocionantes para todos



A Mobility & Show + Expo Braille 2025, o maior evento de inclusão, acessibilidade e inovação da América Latina, que aconteceu entre 9 e 11 de maio no Transamérica Expo Center, reuniu mais de 7.200 visitantes nos 3 dias, oferecendo oportunidades, conexões e experiências transformadoras por meio de expositores, representantes governamentais e influencers para dar voz a causas importantes e emergentes, com organização de Rodrigo Rosso (Sistema Reação) e Roberto Maluhy Junior (Fastbraille).

A programação inclusiva foi focada em pessoas com deficiências físicas, intelectuais, sensoriais e múltiplas, além de pessoas com mobilidade reduzida, alta e baixa estatura, idosos, familiares e profissionais de diversas áreas, como: saúde, arquitetura, educação e outras. O evento contou com a presença de fabricantes, distribuidores e revendedores de tecnologia assistiva, além de órgãos públicos, instituições financeiras e associações do setor. Entre os expositores, estiveram montadoras de automóveis, concessionárias – representando 12 marcas diferentes – autoescolas especializadas, adaptadoras de

veículos e despachantes. Além de uma grande diversidade de scooters, cadeiras de rodas manuais e motorizadas, próteses e órteses de última geração e muitas tecnologias e soluções táteis.

O público teve acesso a test-drive em veículos adaptados de vários modelos das 12 marcas diferentes, em uma super pista montada no evento.

A feira contou com transporte gratuito com vans comuns e adaptadas, fazendo o trajeto de ida e volta da estação do Metrô Santo Amaro até o evento.

Uma atração super especial e que fez muito sucesso, reunindo centenas de



visitantes, foi o espaço chamado “Braille Experience”, que simulou o processo de impressão em braille, com destaque para a produção e impressão de passatempos totalmente únicos, como um caça-palavras personalizado com o nome de cada visitante em braille, que puderam ser levados para casa, como algo verdadeiramente especial e só seu. No espaço, o visitante com ou sem deficiência visual, teve acesso à história do Braille no Brasil e no mundo, além de uma biblioteca de publicações em Braille.

Também, no local, desde a entrada do evento, voluntários treinados para auxiliar pessoas cegas e com mobilidade reduzida em todos os setores do evento, fizeram o atendimento necessário a quem precisava, além de organizar o empréstimo de triciclos motorizados para pessoas com mobilidade reduzida.

A abertura foi um verdadeiro show

A abertura oficial, realizada no dia 9 de maio, foi um verdadeiro show e contou com a apresentação da Orquestra Metropolitana Mista de SP (Instituto Humanus) sob a regência do Maestro Rodrigo Vitta, acompanhados pela soprano Caroline Brito e uma emocionante performance da Cia. de Ballet para Cegos da Associação Fernanda Bianchini. As mais de 400 pessoas presentes na cerimônia de abertura, aplaudiram em pé a maravilhosa apresentação.

Em seguida, no palco, várias autoridades federais, estaduais e municipais, além de lideranças do segmento, prestigiaram a cerimônia. No momento em que importantes palavras foram ditas em prol da inclusão e da importância da pessoa com deficiência na sociedade e no mercado, a presença do padrinho do evento – Osmar Santos (ex-locutor esportivo) – e da madrinha – Fernanda Bianchini –

ni – emocionaram os presentes durante o desenrolar do laço vermelho que marcou a inauguração oficial do evento.

A Mobility & Show + Expo Braille iniciou suas atividades sob o tema “Unidos pela Inclusão: Políticas Públicas e Compromissos para um Brasil Acessível”,

destacando a importância da acessibilidade como um direito fundamental. Debates abordaram o Braille como política pública em São Paulo, com painel mediado por Cid Torquato. Também estiveram presentes o deputado federal Duarte Júnior, a deputada federal Tábata Amaral, a deputada



Estadual Carla Morando, além dos vereadores pela cidade de São Paulo/SP Adrilles Jorge e Silvinho Leite. Marcou presença e falaram sobre a importância do evento: Silvia Grecco - Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, João Manoel Scudeler de Barros - Secretário executivo de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Clodoaldo Silva - Medalhista Paralímpico Brasileiro, Antônio José Ferreira - Diretor de Relações Institucionais da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, além de uma mensagem em vídeo do senador Flávio Arns, reforçando o compromisso com a inclusão e cidadania. No palco a alegria tomou conta com a dupla de palhaços inclusivos Cacau e Caju, e para encerrar a programação do dia, o grande show do cantor cego Dudu Camargo. Na quadra, a ADD - Associação Desportiva para Deficientes trouxe atrações nos 3 dias de programação.

Educação inclusiva e acessibilidade foram destaques

No segundo dia, 10 de maio, o evento foi aberto com a presença de quase 100 motociclistas do grupo Insanos MC, que fizeram roncar os motores de suas máquinas na pista de test-drive, levando todos os presentes à loucura. Logo em seguida, uma programação diversa e temas como: “Inovação e Acessibilidade de Materiais para uma Educação Verdaderamente Inclusiva”; “Acessibilidade como Dever Coletivo em Espaços e Serviços de Utilidade Pública”; “Educação Inclusiva: A Importância dos Livros e os Caminhos para a Inclusão de Estudantes Cegos nas Escolas”; “Tecnologia e Futuro da Inclusão: Inovação a Serviço da Autonomia”; “Palestra: Diversidade e inclusão também são negócio”; e a “Palestra Gratuita: Protocolo Inédito de Reabilitação em Lesão Medular - Com Dr. Adriano Amaral”. No auditório e no palco do Lounge, influen-

ciadores e atrações, como Maestro Lissoni com seu método de musicalização, e a Dra. Alessandra Trigo, pessoa com deficiência, mostrou que inclusão e diversidade são um excelente negócio.

Também no sábado, a apresentação da Equipe de Dança Entre Rodas e do Ballet da Associação Fernanda Bianchini; Show da Banda Inklus - Rock com Atitude e Inclusão; seguido pelo Encontro com o Eterno Tubarão das Piscinas - atleta paralímpico Clodoaldo Silva - e o Encontro Brasileiro das Empresas de Isenção e Despachantes PcD. Na quadra, equipes campeãs de Futsal Down se enfrentaram em partidas emocionantes. A Rádio Tropical FM - mídia oficial e parceira do evento - fez uma grande festa em seu estande, com atrações durante todos os dias do evento, com promoções, gincanas e premiações para todos os visitantes.

Um domingo para lá de especial

Os “Desafios e Conquistas na Maternidade Atípica” foi tema da roda de conversa, no domingo, dia 11, no auditório principal do evento, mediada pela ativista e mãe atípica Andrea Bussade, do Rio de Janeiro/RJ, fundadora do Instituto Rioteama, que é referência no tema, com troca de experiências e vivências entre as convidadas especiais - como a psicóloga Giovanna Proença - CEO da Move Desenvolvimento Humano - vinda de Cuiabá/MT, que compartilharam trajetórias diversas e relevantes, abordando temas como o “Transtorno do Espectro Autista (TEA)”.

Em pleno domingo - Dia das Mães - a programação foi para lá de especial e contou ainda, mais uma vez, com uma emocionante apresentação do Ballet da Associação Fernanda Bianchini, além de palestras ministradas por Sandra Regina Marchi, da See Color. E especialmente para a data, o show “Amor de Mãe” com Celelê e seus Personagens trouxe alegria e encantamento ao público. O encerramento foi marcado por uma apresentação de samba e pagode do Grupo SVPC - Só Vendo Pra Crer, formado por todos os componentes com deficiência visual em homenagem ao Dia das Mães, e um “Tributo ao Rei do Rock - Elvis Presley - protagonizado pelo artista cover Elvis Matos. O domingo ainda contou com palestra de moda inclusiva e a presença dos Doutores da Alegria.



Influenciadores importantes para a causa marcaram presença

Hoje o mundo é dos influenciadores digitais e muitos deles são pessoas com alguma deficiência, cujas trajetórias inspiram e promovem importantes reflexões sobre acessibilidade e inclusão. E eles tiveram uma participação fundamental no evento, com um espaço só para eles, uma sala vip completa, onde todos estiveram presentes para dialogar com seus públicos sobre temas relevantes, compartilhando experiências e a conscientização de uma sociedade inclusiva. Estiveram presentes personalidades como: Caroline Marques, Jessyca Oliveira, Johnny Santos, Edu Carmargo, Leticia Fabbri, Lele Martins, Maria Paula Vieira, Maria Vitória Cristal, Mel Reis, Paulo Fabião, Stephanie Marques, Thiago Cenjor, Alan Mazzoleni, Alessandro Fernando do Blog do Cadeirante, Bruno Landgraf, Filipe Magela, Raissa Machado, Carlos Rabelo, Letícia Lefevre, Ricardo Shimosakai do Turismo Adaptado, Paula Ferrari, Selma Rodeguero e André Bandeira, vereador em Piracicaba/SP, dentre tantos outros.

A participação dos influenciadores foi essencial para reforçar o impacto do evento e fortalecer a voz das pessoas com deficiência, mostrando que a representatividade é um passo fundamental na construção de um futuro acessível para todos.

Muitos carros e muita tecnologia assistiva

Durante os 3 dias de evento, o público teve acesso a uma ampla gama de iniciativas voltadas à acessibilidade e inclusão, com destaque para expositores de diversos setores, como as marcas: Che-

vrolet/GM, Fiat, Jeep, Peugeot, Citroen, Mitsubishi, Caoa Chery, Hyundai, Honda, Toyota, Volkswagen e BYD, que apresentaram modelos com isenção de impostos e bônus especial de fábrica, além de teste com veículos adaptados para os visitantes na pista montada no evento.

A Biomob, parceira do evento e expositora, trouxe soluções inovadoras e projetos para acessibilidade urbana e empresarial, além de dados sobre a população PcD no Brasil, enquanto o aplicativo Acessibilizar Horus ofereceu informações detalhadas sobre locais acessíveis. Marcaram presença também expositores como: Despachantes e empresas de isenção, como a Fidel Isenções, Autoescola DF, Azul Mob e Alpha 6, Digital Begotto, FBR/Ortho-

confort, La Macchina, Laramara, Mooving-jet, Move Acessibilidade, Ortobras, Tecassistiva, Máximo Elevadores, See Color, Wat Acessibilidade, Vanzetti, Fastbraille, Sistema Reação, entre outros. No total, mais de 60 expositores levaram o que há de melhor no segmento ao público visitante e fizeram o sucesso do evento!

A Mobility & Show + Expo Braille 2025 reafirmou seu compromisso com a inclusão, acessibilidade, soluções e inovação, proporcionando um espaço de aprendizado, entretenimento e transformação para todos os participantes e visitantes. A próxima edição da mostra na cidade de São Paulo/SP está programada para maio de 2026. 🌐

A pessoa com deficiência é o etc!?!



Já reparou que quando se fala em Direitos Humanos não se fala diretamente e de forma clara dos direitos das pessoas com deficiência?

Há pouco mais de um ano estou envolvida com o tema “resgate de pessoas com deficiência em situações de urgência e emergência”. Ele é previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (CDPD/ONU). E cada vez mais é relevante diante do cenário de mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, como o que aconteceu no Rio Grande do Sul em meados de abril de 2024 e que vem acontecendo novamente.

Este estudo reúne vários ativistas, pesquisadores e as próprias pessoas com

deficiência – porque “nada sobre nós, sem nós” – não é mesmo? Fomos capitaneados pela queridíssima Marta Almeida Gil, uma referência nacional e internacional quando o tema é inclusão social de pessoas com deficiência.

Trata-se do “Projeto Resgate Inclusivo”, cuja ideia central é visibilizar as especificidades das pessoas com deficiência em situações de desastres e eventos cli-



máticos extremos, um grupo que costuma ser esquecido quando da elaboração de políticas públicas e planos de contingência.

O trabalho surgiu por iniciativa da própria Marta, sensibilizada com a situação das pessoas com deficiência após o desastre decorrente das fortes chuvas e inundações que atingiram os gaúchos, levando morte e destruição para diversas cidades. Perdas e prejuízos experimentados impactaram mais fortemente as pessoas com deficiência, uma vez que, diante de um mundo pouco acessível, ter deficiência significa ter mais custos para sobreviver de forma digna e autônoma.

Apesar disso, essas pessoas não foram priorizadas – como inclusive determina a legislação de nosso país – e nem

tiveram suas especificidades respeitadas na gestão de riscos do desastre e nem na gestão do desastre em si.

O conceito de “Resgate Inclusivo” vem sendo desenvolvido e se consolidando rapidamente. Como seria natural, isso implica na participação do grupo de estudos em eventos, formações, entrevistas, palestras, entre outros espaços de disseminação do conhecimento.

Normalmente dedicados ao estudo dos Direitos Humanos e garantias fundamentais, o grupo vem circulando por arenas em que se discute meio ambiente, mudanças climáticas, sustentabilidade, cidades resilientes, gestão de riscos, desastres, assistência humanitária.

E após as falas dos estudiosos, naquele momento das perguntas da plateia, a pergunta que não quer calar que nos sentimos impelidos a fazer é sempre: “e a pessoa com deficiência? Onde está prevista a defesa de seus direitos, as suas especificidades e garantias fundamentais?”

A resposta é sempre a mesma: “Ah, mas está subentendido quando falamos ‘e outros’ ou etc”. Isso é muito pouco!

Estar “subentendido” não assegura direitos; não garante que vira política pública e nem que vai aparecer no orçamento; não mobiliza pessoas e organizações. E mais: quem não é citado, lamento informar, não é lembrado e nem existe oficialmente. Ser sempre o “etc”, cansa.

E essa omissão tem consequências reais. Mulheres com deficiência, por exemplo, sofrem mais violência, mas raramente são lembradas nas políticas de enfrentamento dessa violação de direitos. Jovens com deficiência não são priorizados nos programas de apoio à juventude. Pessoas com deficiência costumam inexistir no debate racial. Saúde reprodutiva e sexual não costuma lembrar que pessoas com deficiência tem desejos, anseios e vida sexual ativa.

A tal da interseccionalidade falha feito toda vez que a condição “deficiência” fica de fora dos enunciados. E a desculpa de que “não dá pra mencionar todo mundo”, acaba alimentando o capacitismo. Porque, na prática, se escolhe quem parece mais importante e merece ser lembrado (e priorizado).

Pode ser cansativo, pode “enfeiar” o texto com tantas menções, mas ser men-



cionado com clareza é empoderador, respeitoso dignifica as pessoas. Falar claramente “pessoas com deficiência” é antes de tudo um ato político. Nomear as pessoas e grupos é o mínimo numa sociedade que se diz justa e igualitária. É reconhecimento e legitimidade. É dizer: pessoas com deficiência existem, têm voz, autonomia, demandas específicas e precisam estar no centro das decisões, participando delas efetivamente.

E olha que não são poucas, essas pessoas. Segundo a PNAD Contínua 2022, são 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, o que corresponde à cerca de 9% da população. No mundo todo, segun-

do a ONU, são mais de 1,3 bilhão de pessoas com uma ou mais deficiência. E se são tantas pessoas, por que são tão pouco consideradas?

Chega de ser o “e outros”, o “se der tempo”, o “etc”.

A inclusão começa pela legitimação dos termos, pela nomeação sem rodeios, pelo reconhecimento claro e literal. Pessoas com deficiência não merecem ficar apenas subentendidas e assim, como os demais grupos de diversidade, devem estar no centro, com nome, com voz e com poder de decisão. Quem não é lembrado, dificilmente é citado ou ouvido. E pior, não é priorizado. Chega de ser o “etc”! 🗣️



Rita Mendonça é advogada, pesquisadora, consultora e palestrante em temáticas de Direitos Humanos, tais como ESG, DEI, Direito ao Trabalho, questões de gênero, raça, etnia, geracionais, diversidade sexual, deficiência, acessibilidade, direito ao trabalho, saúde e segurança do trabalho, escravidão contemporânea.

BYD Dolphin Mini: surpreendente!



Depois de ser um dos veículos mais testados na pista durante a Mobility & Show + ExpoBraille em maio, na capital paulista, a BYD enviou um modelo Dolphin Mini para a Revista Reação, para que nossa equipe especializada e exclusiva, pudesse avaliar o modelo dentro das necessidades e pontos de vista dos consumidores com deficiência e suas famílias.

Realmente, o modelo foi uma grata surpresa para nossos consultores e para as pessoas com deficiência com quem experimentamos o carro. Não foram muitos testes, pois ficamos pouco tempo com o modelo – 15 dias – por isso não tivemos tempo de instalar adaptações. O Mini é o modelo elétrico dentro da faixa de preços e com uma política voltada ao consumidor com deficiência, com uma atenção especial da BYD a esse consumidor.

Um carro diferente

Apesar de hoje já ser relativamente comum vermos o Dolphin Mini andando por aí nas ruas, ele chama muita atenção e mexe com a curiosidade das pessoas. Não só pelo fato de ser um veículo 100% elétrico, mas pelas suas linhas modernas, design futurista e, no caso do modelo enviado para teste para a revista, a cor verde no documento - amarelo “marca texto” para muitos – chamou mais atenção ainda.

Confortável, econômico, extremamente silencioso e com muito espaço interno. Essas são as primeiras impressões sobre o Dolphin Mini. E as experiências diferentes já começam ao dar



a partida no carro: não se ouve nada. Nem um ruído. Silêncio total.

Depois, vem a pergunta: onde está a alavanca do câmbio automático? Ela não existe. Para colocar o charmoso modelo em movimento, basta acionar um pequeno botão no painel, onde o motorista indica se vai rodar com o veículo ou se vai dar marcha ré. Simples e objetivo.

Ele vem com um kit para carregar o Mini em casa, em uma tomada 220V com aterramento, porém, existem vários pontos espalhados pela cidade, onde você só tem que baixar um aplicativo, preencher um cadastro, cadastrar um cartão de crédito e consegue carregar o carro. Eles ficam em estacionamentos de shopping, padarias, supermercados, parques etc. O carro carrega bem rápido e o valor pago para dar a carga máxima é infinitamen-



te mais barato do que se tivesse que encher o tanque com etanol ou gasolina. E a autonomia do BYD Mini é sensacional e ele tem 3 tipos de condução: Eco/Normal/Sport.

Alguns shoppings possuem carregadores gratuitos, porém demoram mais para carregar. O ideal mesmo é ter condição de carregar em casa. Deixando durante a noite carregando, sempre terá o seu BYD Mini com carga total.

Em questão de segurança, o Mini se porta como “gente grande”. Ele vem equipado com 6 air-bags, freios a disco nas 4 rodas, estrutura em aço e muita tecnologia embarcada.

No painel, o charme fica pela tela flutuante giratória de 10.1”, que te oferece uma experiência visual envolvente e muita sofisticação. Ele também tem controle de voz intuitivo, com uma interação muito simples. Além disso, os controles estão basicamente no volante e no painel numa fileira de botões arredondados e anatômicos de fácil manuseio. No console, o BYD Dolphin Mini possui carregador de celular por indução.

Porta-malas

O BYD Mini tem uma boa abertura de portas e uma boa altura do solo, o que facilita a transferência do carro para a ca-



deira de rodas e vice-versa, para quem usa. O espaço interno e de porta-malas é sensacional, e por incrível que pareça – pois o porta-malas à primeira vista parece pequeno – ele comporta SIM uma cadeira de rodas dobrável em “x”. E com jeitinho e sem as rodas, até uma monobloco. Ou seja, foi uma experiência diferente e diferenciada, com certeza. E até por isso, pretendemos trazer aos nossos leitores mais experiências com modelos eletrificados – elétricos e híbridos – pois eles vem cada vez mais se mostrando uma excelente opção. 🌊

BYD Dolphin Mini fabricado no Brasil !

Foi inaugurada no início de julho em Camaçari/BA, a fábrica da BYD no Brasil. É a primeira unidade fabril da marca fora da China. E o primeiro carro da marca montado em solo nacional é justamente o BYD Dolphin Mini.

A fábrica ocupa as antigas instalações da Ford, reativando o pólo industrial do interior baiano. E para dar conta da produção a BYD ampliou as instalações e ampliou a capacidade fabril, e contará com 26 galpões, pista de testes e tecnologia de ponta, com potencial para gerar até 20 mil empregos diretos e indiretos na região.

O Dolphin Mini foi o primeiro a entrar na linha de produção no Brasil, seguido pelo modelo híbrido - Song Pro - que deverá ganhar motorização flex exclusiva para o mercado nacional.



O Desafio da Empregabilidade das Pessoas com Deficiência no Brasil



medidas de obrigatoriedade promovem no nosso setor industrial e comercial, sendo que este cenário contribuiu para que nosso país tenha o maior número absoluto de micro, pequenas e médias empresas no mundo, com cerca de 21,7 milhões de empresas ativas, 99% estão nestas categorias.

Afinal, além da alta carga tributária incidente em empresas de maior porte, as cotas sociais também colaboram com a inibição de um crescimento vertical, pois as organizações fogem deste cenário, transformando departamentos em novas empresas e aumentando a criação de holdings, o que também coloca o nosso país como tendo o maior número de holdings do mundo, salienta Guilherme Affif Domingos ex-ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República entre 2013 e 2015, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, e que se especializou neste assunto.

Poder público e contratação temporária

No setor público, a situação apresenta nuances distintas. Embora concursos públicos sejam tradicionalmente um caminho de estabilidade e inclusão para PcD, o número de contratações temporárias tem crescido timidamente em várias esferas, como prefeituras, secretarias estaduais e autarquias.

Em muitos desses contratos temporários, a inclusão de pessoas com deficiência não segue critérios claros nem assegura condições igualitárias de seleção, adaptação e permanência. Há casos em que sequer há reserva de vagas ou adaptações no processo seletivo, ferindo os princípios da acessibilidade e da equidade.

A inclusão de pessoas com deficiência – PcD – no mercado de trabalho continua inserida em um cenário que representa um desafio persistente no Brasil. Apesar de diversos avanços legais e sociais das últimas décadas, o cenário atual aponta para desigualdades importantes entre o discurso “politicamente correto da inclusão” e a realidade das oportunidades, tanto na iniciativa privada quanto nas diversas esferas do poder público.

Lei de Cotas e seus limites

Na iniciativa privada, há 33 anos, a principal ferramenta de promoção da inclusão é a Lei Nº 8.213/1991 - conhecida como Lei de Cotas - que obriga empresas com 100 ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. Embora essa legislação seja um marco importante, a efetividade na prática ainda enfrenta muitas barreiras.

Um bom exemplo dessas barreiras

são as empresas que contratam PcD apenas para cumprir a cota legal, sem promover um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo, com acessibilidade, capacitação adequada e integração profissional e cultural.

Há também uma dificuldade na contratação de pessoas com deficiência com maior grau de comprometimento funcional, além de uma miríade de políticas sociais que acabam por comprometer este potencial mercado de trabalho ao invés de estimulá-lo.

Recentemente, outro fator está sendo observado nesta equação é o fato de que devemos levar em conta o intenso crescimento horizontal que está e outras



Rodolfo Sonnewend é presidente do Instituto Humanus, entidade do terceiro setor que está desenvolvendo a temática da empregabilidade das Pessoas com deficiência junto ao poder público.

E-mail: contato@institutohumanus.org.br



Além disso, órgãos como o Ministério Público e Tribunais de Contas têm começado a se manifestar sobre a necessidade de regulamentar e fiscalizar essas contratações temporárias, exigindo processos seletivos com critérios objetivos e inclusivos para PcD, mesmo fora do modelo de concurso tradicional.

Barreiras estruturais e culturais

Ainda que a legislação avance, a empregabilidade das pessoas com deficiência continua limitada por fatores estruturais, como:

Falta de acessibilidade física, cultural e comunicacional nos ambientes de trabalho;

Preconceito e estigmas persistentes sobre a capacidade produtiva da pessoa com deficiência;

Ausência de políticas públicas contínuas de formação e qualificação profissional inclusiva;

Falta de fiscalização efetiva quanto ao cumprimento das cotas e boas práticas.

Caminhos para a transformação

Para que a inclusão deixe de ser apenas um número em relatórios e se torne realidade, é preciso ir além do cumprimento formal da lei. A empregabilidade de PcD exige uma abordagem intersetorial, com políticas públicas articuladas, envolvimento ativo da sociedade civil, incentivos à qualificação profissional e, acima de tudo, reestruturação da carga tributária incidente, além de um compromisso ético com a diversidade e a equidade.

A valorização do potencial das pessoas com deficiência, em vez de um foco exclusivo em suas limitações, deve ser o centro da estratégia de empregabilidade tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, inclusive em contratações temporárias. 🧠

Os alunos atípicos serão os típicos?



Vivemos um momento de transformação silenciosa, porém profunda, nas salas de aula de todo o mundo. Uma mudança que, embora ainda não plenamente compreendida, já altera radicalmente o perfil dos estudantes e desafia os modelos educacionais tradicionais: o crescimento exponencial no número de alunos com transtornos de aprendizagem e neurodivergências, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outros.

Essa tendência não é isolada nem exclusiva de um país. Diversos estudos internacionais apontam para o mesmo fenômeno: a identificação de alunos atípicos cresce em ritmo acelerado. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), nos Estados Unidos, por exemplo, revela que a incidência de casos de TEA passou de 1 em cada 150 crianças, no início dos anos 2000, para 1 em cada 36, em 2023. No Brasil, embora os dados sejam mais escassos, observa-se movimento semelhante nas redes públicas e privadas.

Mas o que está por trás desse aumento? Trata-se de um real crescimento nos casos ou de uma melhora nos diagnósticos e na conscientização? A resposta, ainda em construção, provavelmente é um misto dos dois fatores. O fato é que os sistemas educacionais, historicamente desenhados para uma suposta “média” de aluno — aquele considerado típico — já não refletem a realidade da diversidade presente em sala de aula.

Estamos presenciando a inversão do paradigma educacional. Se antes os estudantes com necessidades educacionais específicas eram exceções, hoje

caminham para se tornarem a regra. Em poucas décadas, não será mais raro encontrar turmas com maioria de alunos com perfis atípicos — o que levanta uma provocação central deste artigo: e se os atípicos passarem a ser os típicos?

Essa mudança de paradigma exige mais do que adaptações pontuais. Ela clama por uma reinvenção completa da escola. Um novo olhar sobre currículo, avaliação, metodologias de ensino e formação docente. O futuro da educação não pode mais se basear na padronização, e sim na personalização e acessibilidade. Não se trata apenas de incluir o aluno atípico, mas de repensar o que é ser “típico” em uma sociedade cada vez mais diversa, complexa e plural.

Iniciativas como a ‘Inclutech’ Plataforma Prova Adaptada, advêm, exatamente desse novo cenário, com a missão de promover instrumentos avaliativos acessíveis, que respeitem diferentes formas de aprender e expressar conhecimento. Afinal, se os modos de aprender são múltiplos, os modos de avaliar também devem ser.

A realidade é clara: o crescimento dos alunos neurodivergentes nas escolas não é uma exceção temporária, é uma tendência estrutural. A escola que não se adaptar, ficará para trás — não apenas no cumprimento da legislação ou de metas educacionais, mas no seu papel mais essencial: formar cidadãos preparados para um mundo em constante transformação.

Neste novo cenário, não é exagero afirmar: os atípicos serão os típicos. E talvez, esse seja o maior convite da nossa era para repensar o que, de fato, é “normal”. 🧠



Cadu Arruda é advogado e CEO da plataforma Prova Adaptada, solução disruptiva 100% nacional vem se destacando como poderosa ferramenta para escolas e educadores no processo de adaptação pedagógica para estudantes com diferentes perfis de neurodivergência.

O caminho das doações é a sustentabilidade

Os projetos, as grandes idéias, a assistência, a pesquisa, o trabalho. São inúmeros caminhos que impulsionam as entidades sociais com o brilho nos olhos dos gestores e seus associados.

Das maravilhosas ideias e planos, para o caminho estreito ou distante dos recursos, é a constante trava para o amparo e a longevidade dos atendimentos sociais.

Nossa experiência cinquentenária vem mostrar que este filme tem o lado de quem está construindo a ideia e aquele que está ansioso para participar e até pagar a conta. O grande problema está em juntar um ao outro.

A falta de clareza do setor público em orientar ou participar da construção de uma sociedade melhor, deixa lacunas que prejudicam consideravelmente o setor. As dúvidas iniciam com o imaginário das obrigações de ter titulações de CEBAS, Utilidade Pública, OSCIP, entre outras, quando na verdade não são necessários para captação de recursos, notadamente após a lei do marco legal do terceiro setor.

Outro ponto crucial, como barreira para atrapalhar o desenvolvimento de qualquer trabalho, é o voltado à tributação e burocracias deste país que não colaboram nenhum pouco e, dentre tantas, temos as retenções de impostos (indevidas de PIS, COFINS, CSLL, IR).

Bastaria prevalecer a razão, pois uma vez que as organizações não são contribuintes desses impostos, logo não haveria razão para se fazer retenções desses mesmos impostos. Mas a sociedade, com medo do fisco, acaba por retirar parte do esforço de sobrevivência dos projetos para enviar ao Estado indevidamente.

Qualquer que seja o projeto a ser desenvolvido, precisará ser levado ao conhecimento das fontes de financiamento (recursos), uma vez que elas não chegam automaticamente até você.

Qualquer projeto precisará comprovar a sua viabilidade econômica, a sua razão de existir, a sua sustentabilidade. Assim, além do desenvolvimento de sua parte técnica, há a necessidade de comprovar sua viabilidade econômica e financeira, bem como as razões pela qual o investidor colocaria recursos em seu projeto.

O próximo passo envolve o desenvolvimento de uma planilha de custos que comprove que os recursos pretendidos darão conta da execução de todo projeto e, aqui vale uma atenção redobrada com os itens indiretos que podem afetar a dinâmica de sua atividade, lembrando que o país é campeão de custos, taxas e itens secundários ou indiretos.

Vamos fazer um parêntese para destacar itens que requererão muita atenção, que são os riscos de empreender:

Contratação de pessoas físicas pode incidir uma série de complementos, tais como: ISS, INSS, FGTS, 13º, Cestas básicas*, assistência médica*, seguro de vida*, vales refeição*, vales transporte, benesses e taxas sindicais;

*consultar a convenção coletiva do sindicato da categoria.

- **Riscos complementares à contratação de pessoas: doenças e acidentes de trabalho, assim como gravidez, são condições que podem retirar o trabalhador da atividade, mas não tiram o custo financeiro e, ainda poderá ser necessário prover um substituto.**

- **Riscos ambientais: licenças (funcionamento, sanitárias, bombeiros), EPI, PCMSO, PGR, LTCAT.**

- **Ações judiciais trabalhistas, cíveis de indenizações e os seguros.**



Tendo conhecido uma parte dos eventos que poderão se seguir, há que se saber que, além da prestação de contas ao seu fornecedor de recursos, é indispensável o serviço de contabilidade para cumprimento de obrigações fisco-legais, assim como a consultoria jurídica para orientações legais.

Tendo elaborado o plano de trabalho, a planilha de custos e o conhecimento das pedras do caminho, a próxima etapa será a de procurar as pessoas que tenham as mesmas afeições que seu grupo, usando redes sociais e rede de contatos.

Há muitas pessoas e organizações que gostariam de estar presentes no seu trabalho, podendo investir voluntária ou financeiramente. O grande trabalho estará na divulgação nas suas redes de contatos para aproximá-los.

A chave estará na correta divulgação, demonstração de sua viabilidade e a sua longevidade estará na lisura de sua prestação de contas.

Na próxima edição vamos tratar dos projetos com incentivo fiscal.

Sucesso ! 🍀



Ricardo Beraguas é Contador, proprietário da A2 Office – escritório de contabilidade especializado em entidades do terceiro setor, e presidente do Instituto A2 Office. Email: contador@a2office.com.br Site www.a2office.com.br

Ame seu corpo

A beleza de uma pessoa vai além da aparência física. O começo de tudo é valorizar cada detalhe único existente e aceitar o corpo como realmente ele é. Nada contra fazer pequenas mudanças estéticas, desde que isso não vire uma obsessão. A motivação certa para esses procedimentos deve ser a sua própria vontade. Nenhuma decisão pode ter como base agradar o outro ou simplesmente encaixar em algum grupo que acha que dita o que são padrões de beleza.

Nosso convívio social sempre está em processo de evolução, beleza é um fator cultural é muito relativo, o que pode ser bonito para um, pode não ser para o outro, isso merece ser respeitado.

O fato é que quando estamos satisfeitos e felizes com o que temos de características físicas, a postura fica diferente. Passamos a ter mais confiança e ficamos mais atraentes. Ame seu corpo que as pessoas vão passar a ter a mesma admiração que a sua.

O caminho é fazer as pazes com o próprio corpo. É muito difícil encontrar alguém que esteja 100% satisfeito com o físico, que olhe para si mesmo e não queira mudar absolutamente nada na aparência. Para isso, vai uma dica: ao invés de ficar apontando e criticando o que não gosta no seu corpo, passe a enaltecer tudo que agrada em seu físico. Aponte suas características que são belas e todos em sua volta vão reparar nas mesmas.

Não faça comparações e nem tome como base a imagem dos outros. O seu corpo é único e exclusivo. Cada pessoa é diferente uma da outra, tanto por dentro como por fora.

Um bom motivo para amar o seu corpo ? Não existe em nenhum outro lugar do planeta alguém com um corpo igual ao seu. Passe a observar como sendo uma obra de arte, que nunca poderá ser copiada e pertence somente a você.

O corpo ideal é o que temos. Boa alimentação, atividades físicas e com os exames médicos sempre em dia.

Seu corpo, seu templo e suas regras. Ele é a sua fonte de vida. Que permite fazer qualquer atividade, por isso, tenha gratidão. Cuide bem de seu corpo que ele cuidará com todo amor do mundo de você.

“Bora” ser feliz ? 🌈



Kica de Castro é advogado e CEO da plataforma Prova Adaptada, solução disruptiva 100% nacional vem se destacando como poderosa ferramenta para escolas e educadores no processo de adaptação pedagógica para estudantes com diferentes perfis de neurodivergência.



Priscila Menucci - nanismo

“Amo cada detalhe do meu corpo, não preciso mudar nada”



Paula Ferrari - cadeirante

“O que tem que mudar são as mentes preconceituosas. O meu corpo não precisa ser aprovado por ninguém”.

Cor para Pessoas com Deficiência Visual?

A cor está presente em tudo, na natureza, no vestuário, na alimentação, nos medicamentos, na higiene, na decoração, na literatura, na arte, nos automóveis, e por aí vai. Elas são essenciais, fazem parte da vida e das tarefas cotidianas. Inimaginável um mundo sem cor. Elas desempenham um papel fundamental na nossa percepção do mundo, influenciando emoções, comunicação e até mesmo a acessibilidade. No entanto, para milhões de pessoas com deficiência visual essa experiência pode ser impossível. Ter a possibilidade de identificar as cores, torna as pessoas independentes e capacitadas a fazerem suas próprias escolhas. Uma vez que uma pessoa com deficiência visual (seja cega, com baixa visão ou daltônica) não tem acessibilidade a esta importante informação, ela está excluída da sociedade e sempre dependente de terceiros. É aí que entra o Método See Color, uma inovação em Tecnologia Assistiva, desenvolvida no Brasil. Esta linguagem tátil transforma cores em formas e relevo, permitindo que todos possam “ver” as cores através do toque.

O See Color é um projeto registrado oficialmente, pois seu código é patenteado pela UFPR – Universidade Federal do Paraná – garantindo sua originalidade e reconhecendo seu valor como inovação.

O Poder das Cores na Inclusão

As cores não são apenas elementos visuais; elas carregam significados culturais, comunicacionais, emocionais e simbólicos. No design, na moda, na arte e na sinalização, as cores transmitem mensagens essenciais. Quando bem aplicadas, elas removem barreiras e criam ambientes mais acessíveis para todos. Mas, como incluir pessoas cegas, com baixa visão e daltônicas nesse universo?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que mais de 6,5 milhões de pessoas têm algum grau de deficiência visual no Brasil. Desse total, cerca de 500 mil são cegas e aproximadamente seis milhões possuem baixa visão. Quanto ao daltonismo, pesquisas apontam que a cada 10 homens 1 é daltônico.

Pensando nestas pessoas e na importância de tornar o mundo mais inclusivo, o método See Color foi criado, para possibilitar a ACESSIBILIDADE da informação COR, proporcionando autonomia, inclusão e qualidade de vida, além de ser uma grande contribuição para o ensino da Teoria da Cor para as pessoas com deficiência visual, provocando uma mudança social no comportamento e na evolução do ser humano.

Desenvolvido pela pesquisadora Sandra Marchi, esta linguagem tátil representa as cores por meio de pequenos códigos em relevo, pensados para serem facilmente memorizados e aplicáveis a qualquer superfície. A proposta foi unir conhecimento técnico, sensibilidade artística e acessibilidade. Para isso, baseou-se na Teoria das Cores e criou uma lógica simples e intuitiva, com inspiração também em algo muito familiar: o relógio. Cada cor primária, secundária e neutra ganhou um código baseado na posição dos ponteiros. Dessa forma, surgiram os kits pedagógicos. O material foi desenvolvido para atender tanto crianças quanto adultos com deficiência visual, além de educadores, instituições e qualquer pessoa interessada em aprender a linguagem tátil das cores.



KIT PEDAGÓGICO



SEE CLOCK



SEE GAME

A pesquisadora ressalta que o Braille, essencial para a alfabetização de pessoas com deficiência visual, não é uma alternativa simples para representar as cores. Além de exigir grande espaço para aplicação em objetos do cotidiano, seu aprendizado pode ser desafiador, especialmente para quem perde a visão na vida adulta. Ela ainda constatou que o Braille é um sistema de escrita baseado no alfabeto, não é uma linguagem universal, pois cada país o utiliza conforme sua própria língua.

COMPARAÇÃO DE TAMANHOS



BRAILLE

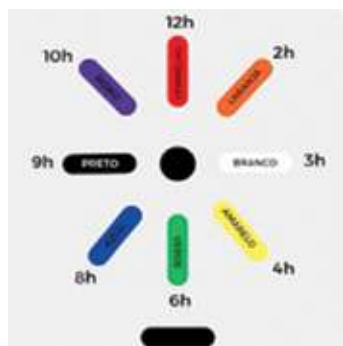


SEE COLOR

Fonte: a autora

Como funciona

A pessoa tem que memorizar apenas 8 posições, ou seja, 8 códigos, que são iguais ao ponteiro de um relógio. Ao sentir a posição, por exemplo, 10h já sabe que é roxo; 6h o verde; 8h o azul; 12h o vermelho. Além disso, há diferenciação de tonalidades. Pontos adicionais ao lado do eixo indicam se a cor é clara ou escura, enquanto um semicírculo ao redor do eixo do código representa tonalidades metálicas. Com isso, o sistema abrange quase 100 tonalidades.



Dessa forma, pessoas com deficiência visual podem identificar e diferenciar cores em roupas, calçados, objetos, mapas e obras de arte, promovendo autonomia e inclusão.

Aplicações do See Color no dia a dia

O método já vem sendo utilizado em diversas áreas: na moda inclusiva com etiquetas termocolantes em alto relevo ajudam na escolha de roupas. Na educação, com materiais pedagógicos acessíveis para a educação inclusiva, que permitem que alunos cegos aprendam cor juntamente com alunos com visão normal. Na sinalização, em mapas táteis com cores codificadas, que facilitam a mobilidade urbana. Na cultura, em museus e exposições adaptadas com obras que permitem uma experiência sensorial completa.



Por que isso importa ?

A acessibilidade vai além de rampas e braile. É sobre garantir que todas as pessoas tenham acesso à riqueza sensorial do mundo, bem como, acesso a esta informação tão importante. O See Color não apenas democratiza o acesso às cores, mas também valoriza a diversidade humana, mostrando que a inclusão pode ser criativa e inovadora.

O reconhecimento, no entanto, já ultrapassa fronteiras. Em 2024, a Universidade Federal do Paraná recebeu o IUAD Award – Bronze, concedido pela International Association of Universal Design (IAUD), do Japão, em reconhecimento ao See Color. No Brasil, o projeto também foi laureado com premiações importantes, como o Prêmio Sérgio Mamberti, do Ministério da Cultura (2024), Prêmio Empreendedora Curitiba (2019), o Prêmio Curta Ciência (2019) e o Prêmio Viva Inclusão (2018).

Que outras barreiras podemos quebrar com tecnologia e empatia ?

A combinação de tecnologia e empatia pode quebrar diversas barreiras, promovendo inclusão, acessibilidade e equidade. Quebrar barreiras não é só sobre ferramentas avançadas, mas sobre entender as necessidades humanas. Com criatividade e compaixão, podemos usar a tecnologia para construir um mundo onde ninguém fique para trás. O futuro da acessibilidade está na capacidade de enxergar além do visível, e o See Color é um passo fundamental nessa jornada. 🌈



Sandra Marchi é Pós-doutorado em Design (UFPR - 2022). Doutorado em Eng. Mecânica, área de Tecnologia Assistiva (UFPR - 2019). Mestrado em Eng. Mecânica (UFPR - 2007). Graduação em Educação Artística/Artes Plásticas (UDESC, 1989). Especialização

em Tecnologia Assistiva, com enfoque no estudo da acessibilidade da informação cor. No doutorado ingressou na Rede de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva – RPDТА, quando desenvolveu o método See Color – Linguagem Tátil das Cores, que proporciona autonomia, independência, inclusão e qualidade de vida às pessoas com deficiência visual através da acessibilidade às cores. Autora do livro “E Por Falar em Cores, um pouco de teoria”, Ed. InterSaberes (2022).



Acessibilidade em casa: como adaptar os ambientes sem grandes reformas

Discussões sobre acessibilidade costumam se concentrar nos espaços públicos: ruas, transporte coletivo, prédios institucionais e serviços de uso coletivo. No entanto, o cuidado com a inclusão deve começar dentro de casa. A moradia, que deveria garantir acolhimento e funcionalidade para todos, muitas vezes falha ao não atender às necessidades básicas de mobilidade e adaptação.

Uma pesquisa da Rede Nossa São Paulo, em parceria com o Ibope Inteligência, revelou que cerca de 90 % dos moradores da capital paulista, por exemplo, consideram calçadas e vias públicas inadequadas em termos de acessibilidade. Apesar de o dado destacar um problema urbano, ele também evidencia o quanto a falta de atenção ao tema se estende para os espaços privados, inclusive os que habitamos diariamente.

É comum pensar que a adaptação do lar deve ser responsabilidade apenas de quem tem alguma deficiência ou limitação física. Mas o acesso pleno a uma residência pode ser facilitado com intervenções simples e planejadas. Com pequenas mudan-

ças, é possível criar ambientes que atendem a diferentes perfis de moradores, sem necessidade de grandes obras.

A entrada da casa e a movimentação nos ambientes

Pensar em acessibilidade começa pelo acesso à residência. Degraus altos, portas estreitas e batentes elevados dificultam a entrada não só para cadeirantes, mas também para pessoas idosas, gestantes, quem se recupera de lesões ou famílias com carrinhos de bebê. Instalar rampas com piso antiderrapante, e corrigir desníveis, pode garantir autonomia e prevenir quedas.

Dentro de casa, é importante que a circulação entre cômodos ocorra de maneira fluida. Tapetes soltos, corredores apertados e móveis que bloqueiam passagens são riscos frequentes. Reorganizar a disposição do mobiliário com base em caminhos retos e livres de obstáculos já é um passo concreto para tornar a casa mais acessível.

Outro fator relevante é a iluminação. Ambientes com boa claridade, luminárias posicionadas corretamente e interruptores



de fácil alcance oferecem mais segurança para pessoas com baixa visão e também para quem tem dificuldades de mobilidade.

Ajustes práticos na cozinha e no banheiro

Cozinha e banheiro costumam ser os locais com maior risco de acidentes dentro de uma residência. No banheiro, instalar barras de apoio próximas ao vaso sanitário e no espaço do chuveiro facilita os movimentos e reduz riscos de queda. O ideal é que o piso seja antiderrapante e que o chuveiro possa ser ajustado em altura e temperatura com facilidade.

Na cozinha, adaptar o espaço envolve tornar armários e utensílios acessíveis sem esforço. Posicionar eletrodomésticos de forma estratégica, como fornos, micro-ondas e uma geladeira organizada por tipo de alimento, contribui para o uso prático por pessoas com diferentes condições físicas. Bancadas com altura ajustável ou com espaço livre embaixo também favorecem o uso por quem está em cadeira de rodas.

Essas mudanças não limitam o uso por quem não tem restrições. Pelo contrário: oferecem praticidade para toda a família, melhoram a rotina e tornam o espaço mais funcional e seguro.

Mais conforto e autonomia nos espaços de descanso

O quarto, sendo um ambiente de descanso e privacidade,



também deve ser planejado com foco na autonomia. Cama em altura acessível, armários com puxadores simples, interruptores posicionados próximos ao leito e espaços bem iluminados fazem diferença no dia a dia.

Espelhos e suportes devem estar ao alcance de todos. Evitar tapetes escorregadios ou retirá-los completamente reduz riscos. Em alguns casos, incorporar tecnologia pode tornar o ambiente ainda mais funcional: sistemas de automação, como lâmpadas e cortinas controladas por aplicativos, facilitam o uso sem exigir deslocamentos constantes.

Esses ajustes aumentam a sensação de segurança e autonomia, tanto para moradores quanto para visitantes, criando uma casa mais acolhedora e prática.

Acessibilidade vai além da deficiência

É comum associar acessibilidade exclusivamente à deficiência permanente, mas essa é uma visão limitada. Crianças pequenas, pessoas em recuperação médica, idosos ou até visitantes com mobilidade reduzida momentânea também se beneficiam de um ambiente adaptado.

A construção de uma casa mais acessível é, portanto, uma maneira de garantir conforto para todos os perfis de moradores. Do ponto de vista do mercado imobiliário, imóveis com estrutura adaptada ganham destaque e valorização, tanto para venda quanto para aluguel.

Segundo o IBGE, a população brasileira com mais de 60 anos já ultrapassa 32 milhões de pessoas. Esse número tende a crescer, o que reforça a importância de pensar em moradias que acompanhem as mudanças da vida.

Tornar a casa mais acessível é uma escolha inteligente

Transformar um lar em um ambiente adaptado não exige obras complexas nem grandes investimentos. Com planejamento, informação e boas escolhas, é possível criar uma casa que ofereça mais autonomia, segurança e acolhimento para todos.

Olhar para a acessibilidade como parte da organização do espaço é agir com empatia, responsabilidade e visão de futuro. Pensar em como o ambiente pode ser mais amigável hoje é também se preparar para as necessidades de amanhã. E isso passa por decisões simples, como a escolha da altura de interruptores, a reorganização dos móveis e a funcionalidade de eletrodomésticos, incluindo as geladeiras. 🌊



O que acontece ali?

Por alguns anos - na verdade são muitos - venho refletindo sobre essa pergunta que me fazem com frequência. Contextualizando... o trabalho com Voluntários.

Durante o processo de seleção de pessoas para estarem no Voluntariado para acompanhar pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos e outros em eventos - processo este que leva alguns meses - acontecem reuniões de capacitação/treinamento, contatos por telefone, whatsapp, e-mails, encontros presenciais e o que for necessário.

Muitos estudantes se inscrevem para receber certificados com horas, o que ajuda como horas de estágio em Universidades e também em currículo profissional. Outros, procuram experiências e contatos na área que se interessam. Porém, muitos nem precisam de certificado e se inscrevem por prazer, todo ano, por anos.

Temos pessoas da equipe que estão há cerca de 15 anos e aparecem, chamados de “veteranos”, já profissionais formados. Alguns desses não conseguem estar sempre, mas permanecem de alguma forma colaborando, na “torcida”.

Exercer a cidadania como voluntário em alguma atividade traz benefícios para a sociedade, mas muito mais para quem a exerce. Também é recomendado por médicos e psicólogos para pessoas realizarem algum voluntariado para melhoria da saúde,

baseados em resultados positivos na saúde, comprovados cientificamente. Sim, sabemos de tudo isso, mas acontece algo a mais “ali”.

Pessoas com diferentes características se encontram por horas ou dias em um evento com o mesmo objetivo, realizando as atividades propostas pela Coordenação.

Quem chega e passa pelo balcão dos voluntários logo na entrada dos eventos percebe um “clima” diferenciado.

Por que será ?

Essa pergunta possui várias respostas, incluindo muitas ainda não compiladas.

Nesses eventos acontecem encontros, reencontros, relacionamentos pessoais, interpessoais, práticas de teorias, práticas de iniciativas, aprendizados sobre reabilitação, inclusão, acessibilidade... práticas de ferramentas educacionais de como lidar com imprevistos, como lidar especificamente com pessoas com alguma limitação, mas também como lidar com pessoas... e, principalmente, como lidar consigo mesmo. Hum... lidar consigo mesmo, com seus bloqueios, autocontrole, ansiedade... aparecem muitas histórias e desafios nessa área.

Alguns novos precisam de ajuda dos “veteranos”, e assim se estabelece o grupo, com a mesma função, com pessoas diferentes.

Lidar com uma equipe em que cada um tem suas próprias

características é desafiador, porém, extremamente gratificante.

Nada é pesado - nem pode ser. Tudo é leve. Sempre é uma troca, um aprendizado. O objetivo é, diante das tarefas, ousar e ir. Avante !

A principal tarefa é sorrir

Sorrir ? Que tarefa é essa ? Que desafio é esse ? Sorrir, mesmo quando se quer esbravejar ou até chorar diante de situações adversas. Óbvio que nem sempre isso acontece, mas é uma excelente oportunidade de aprendizado. Essas oportunidades surgem naturalmente, não são previstas, mas também são.

Quando temos muitos seres humanos no mesmo lugar por algum tempo, muitas situações inusitadas podem acontecer, não é ? Mesmo assim, tudo é motivo para alegria.

Crescimento, amadurecimento, contribuição para a for-



mação de pessoas em como trabalhar em equipe, ter iniciativas e lidar com imprevistos em qualquer área de atendimento ao público... tudo isso faz parte. São pessoas - muitos ainda bem jovens - em formação.

A maioria das pessoas que aparecem para serem acompanhadas pelos voluntários é solidária, compreende a falta de experiência de alguns voluntários novos. Essas pessoas ajudam, trocam informações, são acolhidas e os acolhem. Não tem como não amar isso.

Ver o semblante assustado de um voluntário novo ser transformado em alívio e, no final, contando sobre a experiência com entusiasmo, compreendendo que pode ajudar ao outro sem ter medo.

Em todo o tempo existe a promoção da graça, onde tudo tem graça. Cada período ou dia de atividades se transforma em festa. Cada particularidade de alguém da equipe é um brilho. São dias de comemoração. Dias de incentivos, dias de valorizar a vida, valorizar e proporcionar o desenvolvimento do potencial de cada um, contribuir para novas descobertas.

Cada voluntário que acompanha alguém, ajuda o evento na acessibilidade, no acolhimento e também no seu próprio crescimento como pessoa, os valores e conscientização sobre pessoas (com ou sem limitações).

São períodos com momentos de correria e outros de tranquilidade, para que possam aproveitar as oportunidades que sur-

gem no ambiente e participarem ao máximo do que pode ser feito.

E claro, nem tudo é 100% tranquilo

Têm momentos que até se parecem com alguns encontros de família. Sim, pois surgem situações como do irmão mais velho que briga com o novo, do mais novo que se ofende com a voz do mais velho... um que faz muitas coisas e cobra o outro que faz pouco. Isso é muito comum também nos eventos. Intervir nesses momentos para que as reações das discórdias sejam de reconciliação e cooperação tem tido bons resultados.

Em todo o tempo é necessário avaliar e distribuir tarefas de acordo com a facilidade e/ou dificuldade de cada um. É fundamental desconstruir qualquer tipo de comparação. Cada um tem características, histórico de vida, crenças a serem consideradas. Cada pessoa realiza o que consegue... e TUDO o que ela fizer é e será importante. Cada um no seu perfil, cada um no seu tempo.



Cada pessoa se supera naquilo que faz, se realiza e sai com uma bagagem cheia de aprendizados sobre pessoas com deficiência, sobre a Vida.

Teríamos muitos registros para compartilhar, mas, quem sabe, a médio prazo poderá nascer um compilado com os detalhes dessas “realizações”.

Não são histórias minhas, são de TODOS, pois as histórias se misturam em um GRUPO que, já virou uma grande família.

O que acontece ali ?

Muitas coisas... vale a pena espiar lá... Realizar todo o Programa do Voluntariado com gosto, com humor, não lidando com as tarefas, mas lidando com as pessoas que realizam as tarefas, é o primeiro passo, fundamental... Amo muito tudo isso ! 🌈



Suely Carvalho de Sá Yanez é

Terapeuta Ocupacional especializada em Orientação e Mobilidade para pessoas com deficiência visual e atua na área de reabilitação e Consultoria especializada.

E-mail: suelydesa@hotmail.com



Pensão alimentícia, abandono afetivo e os desafios enfrentados pelas famílias de Pessoas com Deficiência: aspectos jurídicos, sociais e o papel da sociedade

Falar sobre pensão alimentícia, abandono afetivo e suas repercussões no contexto das pessoas com deficiência é muito mais do que discutir uma obrigação legal; é enfrentar um problema social, histórico e estrutural que atinge milhares de famílias brasileiras, em especial mães e responsáveis, que frequentemente são alvo de preconceito, capacitismo e julgamentos injustos simplesmente por buscarem aquilo que é um direito básico: a dignidade de seus filhos.

O capacitismo, somado ao machismo estrutural, reforça o peso e o estigma social que recai sobre essas mães e responsáveis, que são frequentemente vistas como “interesseiras” ou “dependentes” por reivindicarem o cumprimento da pensão. Este discurso é não só cruel, como profundamente injusto e desinformado, pois ignora o fato de que pensão não é

favor, não é caridade, e muito menos uma demonstração de afeto: é obrigação legal e direito fundamental da criança, adolescente ou da pessoa com deficiência.

Do ponto de vista jurídico, o ordenamento brasileiro é claro. A pensão alimentícia está prevista nos artigos 1.694 a 1.710 do Código Civil, que assegura o dever dos pais de prover o sustento dos filhos. Para filhos com deficiência, esse dever pode se estender por toda a vida, se comprovada a impossibilidade de prover o próprio sustento, o que é amparado tanto pelo Código Civil quanto pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146/2015).

O STJ - Superior Tribunal de Justiça - já possui jurisprudência pacífica reconhecendo a possibilidade de pensão vitalícia para pessoas com deficiência, especialmente quando essa condição impede o exercício de atividades laborais e gera custos adicionais com tratamentos,

terapias e acompanhamento. Além disso, a pensão por morte também se estende a filhos com deficiência, independentemente da idade, garantindo segurança mínima em situações de falecimento do responsável financeiro.

É fundamental também destacar que o pagamento de pensão alimentícia não exclui a configuração de abandono afetivo. Pagar pensão é uma obrigação legal, mas isso não supre o dever de cuidado, de presença, de amor e de acompanhamento na vida dos filhos. O abandono afetivo, apesar de não ser considerado crime no Direito Penal brasileiro, gera consequências na esfera civil. Pais que negligenciam o afeto, a convivência e a presença na vida dos filhos podem ser condenados a pagar indenização por danos morais, como reconhece a jurisprudência consolidada do STJ.

Quando a responsabilidade pelo cuidado, sustento e desenvolvimento de

uma pessoa com deficiência recai quase que exclusivamente sobre um dos responsáveis — muitas vezes a mãe — isso gera uma sobrecarga que não é apenas financeira, mas também mental, emocional e física. Esse cenário, infelizmente, reflete uma realidade comum no Brasil, onde ainda há uma cultura que desvaloriza o trabalho do cuidado e, muitas vezes, naturaliza a ausência paterna. Ignorar essa realidade é também perpetuar o ciclo de abandono, discriminação e capacitismo estrutural. Por isso, é urgente que sociedade, poder público e o próprio Judiciário reconheçam essa sobrecarga como uma questão de justiça social, e não apenas como uma disputa familiar.

Para que se configure o abandono afetivo e se pleiteie indenização, é necessário apresentar elementos probatórios robustos, como laudos psicológicos, testemunhos, históricos de interações (ou ausência delas), além de documentos que demonstrem o sofrimento psíquico e os prejuízos emocionais decorrentes da ausência do genitor.

Outro aspecto relevante é compreender o papel dos órgãos públicos e da advocacia como pontes fundamentais na busca pela efetivação desses direitos. A Defensoria Pública, o Ministério Público e os advogados e advogadas atuam diretamente na defesa dos interesses das pessoas com deficiência e seus responsáveis, seja por meio de ações judiciais de alimentos, revisões, execuções de pensão ou indenizações por abandono afetivo.

É fundamental que as famílias tenham acesso à informação clara e preventiva sobre os direitos relacionados à pensão alimentícia e ao cuidado das pessoas com deficiência. Programas educativos promovidos por órgãos públicos, ONGs e entidades da sociedade civil podem auxiliar na conscientização sobre deveres e responsabilidades, prevenindo conflitos judiciais e promovendo o fortalecimento dos laços familiares.

A educação preventiva ajuda a construir um ambiente de diálogo e cooperação, onde o foco permanece no bem-estar da pessoa com deficiência, reduzindo o sofrimento causado pelo abandono afetivo e pelas dificuldades financeiras.

Nos tempos atuais, as redes sociais e os grandes veículos de mídia tam-



bém exercem um papel transformador. Um exemplo disso foi registrado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que apontou um aumento de 57% nos acionamentos por pensão alimentícia após a exibição de uma cena da novela “Vale Tudo”, na TV Globo, em que uma personagem busca auxílio através de um aplicativo da Defensoria. Esse episódio demonstra como a visibilidade, a informação e a comunicação de massa são capazes de impulsionar milhares de pessoas a buscarem seus direitos, quebrando barreiras de desconhecimento, vergonha e opressão social.

Garantir pensão alimentícia adequada para pessoas com deficiência não é apenas cumprir uma obrigação legal — é afirmar que toda vida tem dignidade, valor e direito a oportunidades justas. Para além das sentenças e processos, é preciso cultivar uma cultura de empatia e responsabilidade coletiva. Quando a sociedade

compreende que proteger os mais vulneráveis é um compromisso de todos — do vizinho ao magistrado, do parente ao gestor público — damos um passo importante rumo à uma inclusão real e efetiva. Transformar essa realidade exige que olhemos com mais humanidade para quem já enfrenta tantos desafios apenas por existir.

Além dos aspectos legais e sociais, é fundamental ressaltar a importância do diálogo aberto e da empatia entre os responsáveis pela criança ou pessoa com deficiência. Muitas vezes, conflitos em torno da pensão alimentícia se tornam fontes de desgaste emocional e afastamento, prejudicando não só o bem-estar da pessoa que depende do benefício, mas também as relações familiares. Incentivar a comunicação respeitosa e a busca por soluções consensuais pode evitar litígios desgastantes e garantir que o foco permaneça na garantia dos direitos e da dignidade de quem mais importa: a pessoa com deficiência. Nesse contexto, profissionais do Direito e assistentes sociais têm papel crucial em mediar esses conflitos e promover um ambiente de compreensão e cooperação.

Falar de pensão alimentícia e abandono afetivo, portanto, é falar de direitos humanos, de justiça social, de dignidade e de inclusão. É necessário romper os ciclos de silêncio e de preconceito, empoderar mães, responsáveis e, sobretudo, garantir que nenhuma criança ou pessoa com deficiência tenha sua vida comprometida pela negligência, pela omissão ou pelo descaso.

Que este texto sirva não apenas como um instrumento de informação, mas como uma ferramenta de transformação social, incentivo à busca por justiça e fortalecimento das redes de apoio, sejam elas jurídicas, sociais ou afetivas. 🌊



Igor Lima é advogado (OAB/RJ), Pós-Graduado em Direitos Humanos e Pós-Graduando em Direito Ambiental, ESG e Sustentabilidade e Gestão de Departamento Jurídico. Membro da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB, palestrante e escritor, com obra lançada no STJ, citada no STF e utilizada como referência em processos seletivos no Brasil. Atua em palestras no MPRJ, UERJ, UFRJ e outras instituições de renome. Voluntário no IN Movimento Inclusivo e referência nacional na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, acessibilidade, inclusão e direitos humanos.
E-mail: igorlimadc@gmail.com

O que está acontecendo na Educação Inclusiva no Estado de SP?



A SEE-SP - Secretaria de Estado da Educação de São Paulo está sendo questionada sobre a suposta demissão em massa de professores auxiliares que atendem alunos com TEA - Transtorno do Espectro Autista e outras deficiências. Um deputado estadual paulista protocolou um ofício na SEE-SP exigindo esclarecimentos sobre a situação. A informação sobre a demissão em massa foi confirmada por vídeos e mensagens enviadas ao parlamentar. Os profissionais, tecnicamente chamados de PAE-AE - Profissionais de Apoio Escolar para Atividades Escolares, desempenham um papel essencial no suporte a estudantes com autismo, auxiliando professores titulares no acolhimento e no desenvolvimento pedagógico desses alunos.

Até o ano passado, cada professor auxiliar atendia individualmente um estudante com autismo em sala de aula. No entanto, a gestão do governador Tarcísio de Freitas propôs uma mudança no modelo: agora, cada auxiliar poderá ser responsável por até 5 alunos com TEA simultaneamente. Em casos de maior necessidade, como o grau 3 do transtorno, caberá à escola decidir se mantém o atendimento individualizado. A justificativa do governo estadual para a medida é uma mudança na atuação dos professores auxiliares, mas a explicação não convenceu pais, professores e ativistas. Essa é uma questão urgente que precisa de uma resposta imediata do governo de SP.

Os alunos com deficiência não podem ficar desamparados num momento tão crucial. Todos os pais e professores do Estado de SP aguardam, o quanto antes, um posicionamento da Secretaria de Estado de Educação, para garantir que nenhuma criança seja prejudicada por tal decisão equivocada e que

demonstra total falta de conhecimento do dia a dia no ambiente escolar e também das necessidades específicas das deficiências.

A possível dispensa dos auxiliares tem gerado protestos em várias cidades paulistas, com manifestações, passeatas e abaixo-assinados organizados por pais e membros da comunidade autista. Eles temem que a medida cause prejuízos irreparáveis ao suporte educacional oferecido. A legislação federal Nº 12.764/2012 - conhecida como Lei Berenice Piana - garante o direito a um acompanhante especializado em sala de aula para pessoas com TEA em todo o país. Atualmente, o estado de São Paulo conta com cerca de 9 mil professores auxiliares. Esse número é irrisório perante a quantidade de alunos com deficiência matriculados nas escolas estaduais. Muitos pais estão indignados, porque estão tendo que recorrer a escolas particulares - mesmo sem condições financeiras - para poder manter a dignidade e a qualidade do ensino a seus filhos. Isso é uma vergonha que precisa ser reparada pelo Governador do Estado de SP. Já estamos na metade do ano letivo.

A mudança na proporção de alunos por professor auxiliar, implementada em 2005, visa garantir um atendimento mais individualizado e eficaz aos alunos com deficiência, melhorando a qualidade do ensino e promovendo a inclusão. A intenção é oferecer um suporte educacional mais adequado para que esses alunos possam ter acesso à educação de qualidade e se desenvolverem plenamente.

No entanto, a atual proposta de aumento na proporção de alunos por auxiliar, de 1 para 5, gera preocupações sobre a efetividade desse atendimento individualizado, especialmente considerando a diversidade de necessidades dentro do espectro autista. A falta de clareza sobre os critérios para a

aplicação dessa medida e a ausência de um plano para garantir a qualidade do ensino para os alunos com TEA exigem que o governo de São Paulo apresente um posicionamento urgente e transparente, garantindo os direitos e o bem-estar dos alunos com TEA.

É preciso que o governo de São Paulo se posicione de forma clara e transparente sobre essa questão, garantindo que os direitos dos alunos com TEA e outras deficiências sejam respeitados. A qualidade do ensino para esses alunos não pode ser comprometida pela falta de investimento e de profissionais qualificados. A reconfiguração do atendimento escolar aos alunos com TEA precisa ser cuidadosamente analisada. É preciso ter certeza de que a mudança não prejudique a qualidade do ensino e o acesso à educação inclusiva. É fundamental que a necessidade de atendimento individualizado, de acordo com o grau de autismo de cada aluno, seja levada em consideração.

A formulação de políticas públicas, em geral, não leva em consideração as consequências práticas de suas decisões e não leva em consideração a opinião dos stakeholders, incluindo pais

e responsáveis pelos alunos. As mudanças propostas são frequentemente mirabolantes, e não levam em conta as necessidades e realidades dos alunos e suas famílias. A falta de preocupação com a receptividade das mudanças e a possível repercussão negativa nas famílias é vista como um problema grave. É previsível um aumento no número de processos judiciais relacionados à educação, pois aqueles que se sentirem prejudicados pelas novas políticas buscarão a justiça para reverter as decisões. Isso demonstra a falta de confiança na capacidade dos formuladores de políticas públicas de atender às necessidades da sociedade. Parece que os formuladores de políticas públicas não se preocupam com o bem-estar da sociedade e com o impacto de suas ações no estado.

Acho curioso o seguinte, e aliás, esse é o ponto principal que quero abordar: existem muitas leis que beneficiam nós, pessoas com deficiência, mas na prática são ineficazes. Este caso da configuração proporcional de 5 alunos para cada professor é um exemplo disso, e vou mais além: é mais um exemplo do isolamento social que as pessoas com deficiência vêm atravessando. O que considero mais grave é que isso ocorre na base da sociedade, que é a educação. O professor auxiliar, na verdade, é uma ferramenta de auxílio e acesso do aluno com deficiência ao sistema de educação.

A mudança na proporção de alunos por professor auxiliar, que prevê a presença de um professor auxiliar em salas de aula com 2 alunos com deficiência, está em vigor desde 15 de junho de 2015. A Lei Estadual Nº 15.830/2015 autoriza o Poder Executivo a limitar o número de alunos em salas de aula do ensino fundamental e médio com alunos com deficiência. A lei prevê que, em salas de aula com dois alunos com deficiência, poderá haver um professor auxiliar, dependendo do grau de dependência dos alunos. A lei depende da expedição de um decreto pelo Governador do Estado para sua plena execução.

É importante observar que a lei não especifica a proporção exata de alunos por professor auxiliar, apenas que a presença do auxiliar é possível em salas com dois alunos com deficiência. É importante observar que a lei não se aplica apenas a alunos autistas, mas abrange todos os alunos com deficiência. A lei visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso à educação de qualidade.

A presença de um professor auxiliar permite que os alunos com deficiência recebam atenção individualizada, de acordo com suas necessidades específicas. Além disso, o professor auxiliar auxilia o professor da sala de aula na adaptação do currículo e na aplicação de recursos pedagógicos específicos para atender as necessidades dos alunos com deficiência.

No entanto, a lei não especifica a proporção exata de alunos por professor auxiliar, apenas que a presença do auxiliar é possível em salas com dois alunos com deficiência. Essa falta de clareza pode gerar dúvidas sobre a efetividade do atendimento individualizado, especialmente considerando a diversidade de necessidades dentro do espectro autista.

Entendo que podemos colocar em questão se houve



manifestação oficial da Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo sobre essa mudança e, se não houve, questionar a sua existência e propósito. Afinal, qual a função da representação política da pessoa com deficiência, através de sua secretaria estadual, se não atua em situações como essa? A omissão da secretaria em relação a uma questão tão crucial levanta sérias dúvidas sobre sua efetividade e compromisso com a inclusão.

Uma criança com deficiência, para ter acesso a um professor na rede estadual com formação nessa área, precisa de uma ação judicial, que seria um direito garantido por lei, e essa família tem que acionar a justiça para conseguir. Um verdadeiro absurdo onde só quem perde é o aluno com deficiência e os outros alunos da classe, assim como os professores comuns que tem seu dia a dia e a grade curricular da escola muitas vezes prejudicada.

Eu gostaria, de aqui denunciar mais uma vez o que o governador Tarcísio de Freitas está fazendo a partir do seu secretário de Educação, Renato Feder, o empresário da educação, que não tem nenhum compromisso com a educação pública, o que esse governo está fazendo com a educação especial, com os nossos alunos, com crianças, com adolescentes e jovens com deficiência. Nós estamos assistindo um dos maiores ataques a essa área na rede estadual paulista. E o pior, tudo que SP faz, reverbera para todo o Brasil, que normalmente seguem os mesmos passos.

Isso é uma agressão à legislação e à dignidade humana dos nossos alunos com deficiência da rede estadual. E o deputado estadual Carlos Gianazi traz uma pergunta que é interessante para o governo responder, que é chave para gente entender o que está acontecendo na educação do nosso Estado. Ele não quis dizer a respeito das crianças e adolescentes em idade escolar que estão em classe regular, mas a seguinte: esses professores supostamente demitidos, são funcionários públicos ou nós estamos falando de pessoas terceirizadas?

Muitos se lembram que, no começo do governo Tarcísio de Freitas, ele pensava na extinção da secretaria estadual dos direitos da pessoa com deficiência, que só se mantém de pé até hoje pela pressão popular e do movimento PcD. Porém, quem direciona o que quer que seja de qualquer política pública, seja para a pessoa com deficiência ou não, é o governador do Estado. O secretário só faz aquilo que é orientado pelo governador e ele não mostra, sinceramente, nenhuma preocupação pela pessoa com deficiência. 🗣️



Bruno Oliveira de Carvalho é cadeirante, para-atleta de Bocha Adaptada e fala sobre inclusão social. Escreve artigos assinados sobre temas diversos para veículos de comunicação e apresenta o podcast Consciência Inclusiva. E-mail: bofc86@gmail.com

4 mulheres e 1 caneta



São Paulo/SP é uma cidade eclética e, por isso, precisamos conhecer um pouquinho de cada parte desta maravilha. Vamos conhecer 4 mulheres que vivem em São Paulo e para São Paulo.

Há 2 anos eu escrevi com Luciano Quirino, um documentário que fala do centro de São Paulo/SP, e então pensei: vamos trazer o tema para essa nossa revista? E foi incrível, pois tenho 4 amigas que vivem nesta cidade e a conhecem muito bem.

Uma delas é Sarah Tortora, doutoranda na USP, que escreveu “Vivências e experiências do Tempo” - São Paulo de 1750 a 1808. Quando li esse livro, me deparei com Thebas, um negro que faz parte da nossa história e que ainda caminha ao nosso lado. Mas tenho a alegria de trazer para nossa conversa uma arquiteta que também trouxe para São Paulo/SP um pedaço do século XVIII. Ela é Francine Moura e fez parte da homenagem de 2020 para um homem que muitas pessoas não conhecem, mas que tem uma importância histórica para São Paulo/SP.

Muito se fala do centro histórico, e todos precisamos conhecer, e para isso chegamos de vários lugares desta cidade. E o interessante é que temos nes-

sa nossa roda de conversa, uma maquinista da CPTM que há 19 anos trabalha conduzindo pessoas para trabalhar, fazer compras e porque não dizer, passear e conhecer a capital paulista. Ela é Marilde Almeida, que leva e traz pessoas para diversos lugares.

E para completar essa conversa, é importante trazer Céllia Nascimento para nos dar um respiro, com a sua voz que é inconfundível e que faz com que SAMPA seja fantástica, aconchegante e melodiosa.

E então? Vamos papear?

Marilde é uma mulher dinâmica, que trabalha na CPTM. Tudo começou quando ela fazia um curso no SENAI e um amigo a estimulou a prestar o concurso para ser maquinista. A princípio ela não queria, e quando decidiu fazer faltava 15 minutos para terminar a inscrição. Ela correu e fez. E quando chegou a prova, ela passou e pegou o 4º lugar. A vontade do amigo foi um diferencial para ela, uma grande mudança na vida e carreira desta mulher. Seis meses de treinamento, 3 semanas em cada turno, muito estudo e ela estava pronta para uma nova fase. E assim começou a história que tem mudado junto com outras mulheres, a história da CPTM. Ela tem vivido uma realidade que faz a diferença, pois o seu trabalho não é só sentar no trem e conduzir, mas ela tem um trabalho árduo e que engrandece as mulheres, pois não existe diferença entre o trabalho de homens e o delas, e isso é extrema-

mente importante, pois ela tem a oportunidade de mostrar até onde a mulher é capaz e faz.

Mas ela tem uma outra profissão que só consegue desenvolver quando está fora das atividades da ferrovia. Uma que nasceu ainda na adolescência e é algo que a fascina. A fotografia é o nome desta paixão que faz Marilde se sentir realizada, e que tem um processo muito importante na sua vida. Isto não é só uma questão de hobby, mas faz parte da sua vida profissional e tem sido algo que divide com a sua função de maquinista. É interessante que o fato de ser fotógrafa é um grande diferencial para outras mulheres e uma situação importante que ela descobriu nesta caminhada é que muitas mulheres têm descoberto a fotografia como algo que as despertaram e a fizeram ter uma nova visão deste trabalho. E Marilde também tem usado este trabalho em sua igreja e tem sido uma das peças importantes para a turma envolvida na área que está começando, e o fato de ser mulher dá um norte para outras mulheres, mas nem sempre isso é tranquilo, pois o mundo machista ainda não dá liberdade para que mulheres possam agir em muitas áreas.

Marilde, uma mulher que desempenha a condução de um trem com o mesmo olhar que busca um foco para um “clíc”, deixa aqui um depoimento muito importante, pois ela é casada com Mi-quéias, que tem um problema auditivo. “Eu vejo que a autoestima está diretamente relacionada com a imagem, eternizar é um desafio de aceitar a condição atual, mas a esperança vive transitando e queremos deixar para depois essa eternização. Essa visão ruim sobre a autoimagem já é por si só, uma deficiência. Meu marido tem uma perda auditiva de 70%, só ouve com aparelho auditivo e as vezes ele demonstra uma chateação por estar assim. Mas eu sem-

pre falo para ele: “A maior deficiência é a incapacidade de se superar”. “A pessoa com deficiência, sendo o modelo a ser fotografado, tem um obstáculo a vencer, mas precisa ter o momento de se entregar. E eles, já como fotógrafos, precisam escolher um nicho que melhor se adequa à sua deficiência”.

Tenho certeza que, seja fotografando o Centro Histórico de SAMPA ou conduzindo um trem da CPTM, essa mulher que nos faz ter orgulho e simpatia é simplesmente Marilde. E aqui ela desce do trem e caminha para um outro momento. E lá vai Marilde, fotografar com sua máquina a Praça da Sé, um lugar de ângulos incríveis e que guarda histórias .que muitos precisam conhecer.

Agora chegamos ao século XVIII, onde se fez tanto por São Paulo/SP, mas que é algo pouco conhecido. Encontro Sarah, uma amiga pianista que fizemos alguns trabalhos juntas e por questões da vida, nos separamos, mas sempre nos falamos. Não consegui ir na noite de autógrafos do seu livro, mas estamos caminhando muito perto, pois um personagem nos fez próximas sem saber. Ela nos dará um depoimento sobre este espaço tão importante de nossa cidade, que é o Centro Histórico de São Paulo, no século XVIII.

Thebas é o personagem citado no seu livro. O que você pode falar deste que fez um trabalho incrível e que é tão esquecido na nossa história ? E ousou dizer que até desconhecido pela maioria. “Mestre Thebas é a representação do artífice, do artista, do homem que



fazia trabalhos manuais e criativos do período colonial brasileiro. É a imagem colonial do sistema de servidão e da humanidade por trás daqueles submetidos a esse processo desumanizante. Thebas foi um ex-cativo que desenvolveu trabalhos arquitetônicos na antiga São Paulo Colonial. É atribuído a ele, inclusive, o desenho e desenvolvimento da antiga igreja da Sé de São Paulo, demolida no início do século XX em nome de um conceito moderno de progresso muito em voga no ocidente em geral e que teve sob suas orientações tantos outros artífices nos canteiros de obras coloniais. O que quero dizer com isso? Que a produção de arte e do patrimônio arquitetônico brasileiro, parte do que sobrou dele, obviamente, se intercala com a história triste dos cativos e mostra que para além de um sistema econômico, como era vista a escravidão à época, acabou por fomentar a produção cultural brasileira. Thebas mostra que a nossa história não é apenas uma história de europeus em terras brasileiras, mas também é a história de outras etnias, que com suas mãos, construíram o passado artístico brasileiro, que é de uma beleza ímpar e heterogênea. Falar em Thebas é lembrar que a história da arte nacional foi em partes possível devido a criatividade e destreza de homens que viviam à margem da sociedade colonial, porém eram eles os grandes responsáveis em concretizar isso.



Uma coisa que cabe contar desta historiadora incrível é que ela seguiu um lado muito alegre de sua família, que é a música, mesmo que atualmente ela não tenha tanto tempo para se dedicar, mas pretende após terminar o doutorado, voltar ao piano e também ao violoncelo, e assim, expandir este conhecimento. Sou admiradora da Sarah historiadora, e extremamente grata à pianista, que sempre me encantou e que tivemos momentos importantes juntos. Ela se despede dizendo: “A música é parte de quem sou, expressão de minha sensibilidade e personalidade”. Quero dizer à historiadora, o quanto é importante ter uma jovem contemporânea e tão dedicada ao século XVIII e XIX, e digo com toda certeza que São Paulo/SP tem grande orgulho de ter Sarah Tortora Boscov, a pesquisadora incansável, neste processo de busca da história do nosso país.

Em 2019 enquanto fazia um curso na UMAPAZ tomei conhecimento de um nome que me fascinou, e foi aí que começou uma paixão por Thebas, que me permitiu fazer a pesquisa e ser uma das roteiristas de um documentário sobre ele, e foi aí que em 2023 conheci uma arquiteta que me encantou, e tive o prazer de conhecer a escultura que foi feita para ele em 2020. Lumumba afro-indígena foi o artista plástico que trabalhou na confecção da escultura e Francine a arquiteta e cenógrafa, foi a co-autora da obra, que hoje fica no centro de São Paulo/SP.

Thebas, o negro que nasceu escravizado em Santos/SP e que foi citado por Sarah logo acima, e que teve grande papel no século XVIII, precisa ser lembrado como alguém de grande importância na nossa história. Ele chegou a São Paulo e usou o seu talento como um caminho para dar continuidade ao seu desejo de liberdade e foi assim que fez muitas obras no centro histórico de São Paulo, e com uma obra na praça da Sé que ele recebeu a liberdade, e teve o primeiro casamento da Igreja da Sé. E recentemente ele recebeu algo que lhe era devido. Em um ponto estratégico, onde dá vista para a Igreja do Carmo, que é justamente uma das igrejas que carrega marcas importantes feitas por ele. É ali, perto que a escultura de Thebas que fica, no Centro Histórico da nossa cidade, e faz com que as pessoas que por ali passam, vejam a escultura que o homenageia. E que nos faz entender que São Paulo é o lugar que nos leva ao século XVIII, onde o negro era alguém que fazia arte, e por conta da época, muitos brancos que eram detentores de dinheiro, pagavam para fazer esculturas nas igrejas, algumas reformas e monumentos. E é Francine Moura que nos fala como foi participar de uma obra que tem levado pessoas a conhecerem um pouquinho da nossa história. “Thebas foi alguém que conheci não faz muito tempo, mas que hoje o tenho como alguém familiar, que me espelho, pois ele é vivo e intenso. Ele viveu há muito tempo, mas continua vivo em um lugar muito importante aqui em São Paulo, na praça da Sé. Ali está uma obra que foi executada por mim e Lumumba, ele como artista plástico e eu como arquiteta e cenógrafa. Thebas me faz sentir o que um negro como ele passou no século XVIII, e que eu hoje, sinto também como uma pessoa negra na pele e na vida. Quando entrei na faculdade em uma turma com mais de 100 alunos, eu era a única negra, mas além disso, nas turmas anteriores não existiam alunos negros. Então logo vi que isso me fazia ter a garra de ser uma arquiteta que faria a diferença. E alguns anos depois foi incrível fazer parte de um projeto de resgate de um ex-escravizado que com tanto conhecimento, foi apagado

da história de São Paulo, pois de repente percebi que Thebas era alguém que me completava, que me fazia sentir que a arquitetura nos colocava muito próximos e que a luta dele era a minha e o fato de arquitetar esta escultura, era uma forma incrível de poder deixar uma marca na São Paulo do século XXI através da escultura de alguém que viveu no século XVIII”.

Falando ainda sobre Francine, hoje ela tem trabalhado em várias linhas de projetos em São Paulo/SP, e sempre buscando a valorização do negro mostrando a história de uma forma que possa deixar marcas para a posteridade, através da arquitetura, da cenografia e outras artes que fazem que o negro seja reconhecido.

Francine tem desenvolvido grupo de dança com mulheres negras, exposições fantásticas. Ela é uma mulher que faz acontecer a arte e seus complementos em diversas áreas, e isto faz entender o papel que ela abraçou e tive a alegria de poder estar com ela diante de Thebas. E mais que uma escultura, ver que naquele local um marco da nossa história que está mostrando o passado para aqueles que precisam correr para enfrentar o presente. Mas, incrível que Thebas também fez parte de uma época distinta de Céllia Nascimento, uma cantora que conheço há muitos anos e que tive a oportunidade de tê-la como parceira, cantando para um coral de surdos, em um grupo musical formado por adolescentes com deficiências visuais, outros com Síndrome de Down, Síndrome de Williams, entre outras deficiências. E também pessoas que não tinham deficiência, mas que aprenderam a estar juntos para participar e somar. Céllia era nossa cantora e como foi importante poder contar com ela sempre que tínhamos algum convite, quantas viagens fizemos, cantamos em vários lugares, e dentre eles a Praça da Sé, bem pertinho de onde hoje está a escultura de Thebas que na época não tínhamos conhecimento da sua importância.

Mas ano passado, Céllia fez um show na Vila Itororó e quero falar sobre isso. Fui assisti-la e pedi para que ela me falasse um pouco deste lugar, que é um cantinho de São Paulo/SP onde tem um significado para ela e para muitos de nós. Um lugar que começou a ser construído em 1922, no ano da Semana de Arte Moderna, e que hoje é exatamente um lugar de arte contemporânea e de muitas vertentes. É nesse lugar que assistindo Céllia eu me emocionei e chorei. Dentre as canções que cantou, uma era de um amigo particular dela, mas a situação desta música foi incrível, pois o pedido do autor da música era que ele pudesse cantar com ela. Ele não foi, pois Zé Celso, que por muitos anos a recebeu no Teatro Oficina e abriu as portas para que ela fizesse parte daquele local, não estava lá. Zé Celso marcou para cantarem, mas ele já estava doente, então gravaram a música, mas o tempo, ah o tempo... eles não tiveram o tempo que precisavam... e ele se foi. Mas, foi neste local, bem perto do Teatro Oficina, que ela fez a homenagem ao seu querido mestre, incentivador, seu amigo de vida que tanto a orientou. Foi lá que ela cantou “Estrelas que sinais me dão”. E foi incrível, pois a tecnologia permitiu que os dois cantassem juntos. E naquele local de beleza rústica, quase primitiva, que levou-a a encontrar tantos amigos, naquela noite entre as luzes que os faziam flutuar que eles cantaram a música, ela ao vivo e ele através de um playback.

Céllia é uma mulher que conheci há 25 anos, com uma voz encantadora, as vezes rouca outras vezes potente, uma pessoa que fez da música a sua estrada, trouxe para vila uma noite



onde a ancestralidade foi marcada como algo palpável, e ali pudemos sentir que não existe SAMPA sem que possamos cantar a “Encantada” Vila Itororó. Ali na Maestro Cardim, numa construção centenária entre escombros e reformas. Mas SAMPA é assim, e dessa vez foi escrito por 4 mulheres e 1 caneta, a cidade feminina da fotografia e dos vagões conduzidos por Marilde, do livro histórico de Sarah que fala Thebas, da escultura que eterniza Thebas de Francine e das canções de Céllia, que vão da Sé, um lugar que eterniza Thebas, até a Vila Itororó, que eu LuQuinha comecei a pensar e acreditar que estamos a todo vapor num momento que chamamos hoje, fazendo a história acontecer e trazendo alguém importante para que você venha conhecer. Cabe dizer que SAMPA precisa ser visitada, conhecida, observada e amada, pois aqui, quantas histórias temos para escrever. 🌊



LuQuinha Figueiredo é Bióloga e Neuropsicopedagoga, especialista em Sexualidade Humana e Jornalismo Digital, Cinema e Audiovisual.
E-mail: luciabiofigueiredo@gmail.com

Vou levar a minha avó no Crossfit:

e ela ainda saiu do treino querendo abrir uma marca de Whey com colágeno

Quando você pensa em “avó”, ainda imagina aquela senhorinha sentada na cadeira de balanço, tricotando uma meia e esperando a novela das 18 horas?

Então senta aqui - mas não por muito tempo... vai alongar depois - porque as vovós de hoje não cabem mais nesse estereótipo. Elas estão de legging, tomando kombucha, fazendo Yoga e postando dancinha no Tiktok (algumas).

Aos 47 anos, com 3 filhos adultos e uma neta, escolhi me reinventar. Amo me cuidar, rir, estudar, treinar, e inspirar outras mulheres a fazerem o mesmo.

“Porque a gente não envelhece - a gente evolui”

A nova geração de avós: com glúteo firme e opinião própria. A avó de antigamente tinha varizes, Vick VapoRub e um pote de margarina com botão. A de hoje tem smartwatch, colágeno na rotina e autoestima na régua.

“Não tem lifting que funcione se a alma estiver caída”

Crossfit/Academia para avó? Claro! Mas ninguém está jogando a avó no meio do pneu de trator. Existem treinos adaptados, leves e eficazes.

Não é sobre ser atleta olímpica e sim, sobre subir escada sem fazer drama digno de novela mexicana. E quando você percebe que ainda consegue agachar sem apoio... ah, minha filha, isso vale mais que qualquer creminho!

Movimento também é saúde mental! Tá com raiva? Caminha.

Tá triste? Dança. Tá ansiosa? Alongue. Tá com preguiça? Vai assim mesmo.

Porque o corpo da gente foi feito para se mexer, e a mente acompanha. Conheço avó que começou Zumba e nunca mais sonhou que estava brigando com a vizinha. Coincidência? Duvido. Foi alinhamento de chakras (e de senso crítico).

“A idade pesa, sim. Mas a gente aprende a levantar”

Nutrição com leveza e sem terrorismo alimentar. Alimentação saudável não precisa ser castigo. Quer pizza? Coma com salada. Quer chocolate? Que seja 70% cacau. Procure seu médico e uma nutricionista.

TOP 5 benefícios de se exercitar (com pitada de sarcasmo)

1. Coração forte – para aguentar os B.O. emocionais dos filhos.

2. Mente saudável – para não esquecer onde guardou a dignidade.



3. Força muscular – para abrir um pote sem chamar ninguém.

4. Ossos firmes – porque quem tem que quebrar é o tabu, não o fêmur.

5. Sono de princesa – sem acordar com cara de panda.

E, principalmente, beba água! Se seu xixi parece mostarda, sua alma está gritando socorro. Faça seus exames periodicamente.

Exercício facial? Sim, senhora!

Faça careta, sorria com intenção, levante a sobrancelha com sarcasmo. É botox natural com efeito colateral de bom humor.

Ah, o cérebro também malha! Você cuida da pele com argila, da energia com cristais... mas o que sua mente anda comendo? Fake News? Podcast de coach maluco?

Saia da bolha desse sistema e vai cuidar da sua saúde!

“Ler é agachamento para o cérebro.”

Falta de leitura, reflexão e cultura contribuem para: depressão, ansiedade, Alzheimer, síndrome da “cabeça vazia e cheia de boletos”.

Solucione isso com bons livros, conversas boas, podcasts que ensinam, arte, música, dança e artesanatos. Faça algo diferente!

Madura, vaidosa e poderosa – SIM!

Essa cobrança da eterna juventude é futilidade. Nada melhor que o amadurecimento da alma, da fé e com o físico equilibrado. Hoje, aos 47 anos, tenho:

- Mais segurança do que aos 20.
- Mais curvas (e autoestima) do que aos 30.
- E quase mais paciência do que aos 40 (nem sempre).

Me orgulho de ser avó, mulher, vovó e ainda mais viva do que nunca. Porque não quero ser lembrada como a que desistiu, mas sim como a que viveu intensamente até o fim.

Cuide da saúde, viva! Nunca é tarde! Ame-se e corra atrás dos seus sonhos. Não é a sociedade que estabelece limites. A vida é sua! Então, vai!

Afinal: “Toda mulher é uma potência”! 🧠



Kelly Freymann é mãe atípica, avó 40+, palestrante, formada em Gestão Pública e Técnica em Nutrição e Dietética. Transformo minha história em inspiração com conhecimento, humor e espiritualidade.
E-mail: kellyfreymann777@gmail.com

especial

CADERNO



LONGEVIDADE

Envelhecimento Ativo da Pessoa com Deficiência: Desafios e Possibilidades



O envelhecimento é um processo natural que traz diversas mudanças físicas, psicológicas e sociais. No entanto, para as pessoas com deficiência, esse processo enfrenta desafios mais acentuados, incluindo barreiras de acessibilidade, cuidados com a saúde e um maior risco de marginalização social. Este artigo discute os principais desafios enfrentados por essas pessoas, bem como as políticas públicas e os programas que buscam proporcionar um envelhecimento ativo e saudável. Foram utilizados dados nacionais e internacionais para embasar os argumentos e sugerir soluções viáveis.

Introdução

No Brasil, a população está envelhecendo rapidamente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida média no país em 2023 alcançou 76,4 (IBGE, 2024). Entre os brasileiros idosos, destacam-se as pessoas com deficiência, que enfrentam desafios adicionais no processo de envelhecimento. Esses desafios incluem barreiras de acessibilidade de forma ampla (arquitetônica, de comunicação, de informação, de

acesso às tecnologias assistivas), falta de acesso a serviços de saúde adequados e exclusão social. Este artigo aborda esses desafios, ressaltando a importância de políticas públicas inclusivas e integradas para garantir um envelhecimento ativo e digno às pessoas com deficiência.

As Pessoas com Deficiência Idosas no Brasil

O levantamento detalhado do público idoso com deficiência é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, pois precisamos conhecer quem são as pessoas, onde estão, quais regiões, idade, etc. Felizmente, o Brasil dispõe de diversas pesquisas que traçam um panorama aprofundado desse grupo, permitindo o direcionamento de políticas públicas inclusivas.

O envelhecimento em pessoas com deficiência é frequentemente marcado pela interseção de condições preexistentes e problemas associados ao envelhecimento. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, existem cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, considerando a população com idade igual ou superior a dois anos, o que corresponde a 8,9% de toda a população brasileira

dessa faixa etária (G1, 2023). Além disso, observou-se que 47,2% dessas pessoas tinham 60 anos ou mais. O percentual de pessoas sem deficiência aumenta gradativamente com a idade, reforçando a importância de políticas com estratégias específicas voltadas para esse público.

O conceito de pessoa com deficiência adotado no Brasil está previsto no art. 2º da Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Política Nacional do Idoso, estabelecida pela Lei Nº 8.842/94, define diretrizes e ações para assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, promovendo sua autonomia, integração e participação na sociedade. Abrange áreas como saúde, assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e trabalho, buscando garantir que as pessoas idosas tenham acesso a serviços e oportunidades que lhes permitam envelhecer de forma ativa, saudável e com dignidade. A articulação entre o fundo da pessoa idosa e a política nacional da pessoa idosa é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz na implementação de ações que beneficiem as pessoas idosas e também aquelas com deficiência em todo o país.

Políticas Públicas e Programas para um Envelhecimento Ativo

Diante dos desafios enfrentados pelas pessoas idosas, é essencial a implementação de políticas que promovam o envelhecimento ativo e saudável. O envelhecimento ativo, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é o processo de otimizar oportunidades de saúde, participação e segurança, a fim de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem (TJDFT, 2020).

As barreiras de acessibilidade destacam-se como um dos problemas mais evidentes. Mesmo anos após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), muitos espaços urbanos permanecem inacessíveis, especialmente para aqueles que envelheceram e possuem mobilidade reduzida. As calçadas brasileiras, por exemplo, muitas vezes não atendem aos requisitos mínimos de acessibilidade, estabelecidos pela ABNT NBR 9050.

Outro fator crítico é o acesso a cuidados de saúde, um direito fundamental para um envelhecimento saudável. Dados do relatório global sobre igualdade na saúde para pessoas com deficiência, publicado pela OMS, revelam que, apesar de alguns avanços, registrados ao longo dos últimos anos, essas pessoas “continuam a morrer mais cedo, têm uma saúde mais precária e enfrentam mais limi-

tações no dia a dia” (Agência Brasil, 2024).

Ao longo da vida, as pessoas com deficiência enfrentam a ausência de políticas públicas em diversos aspectos. Com o avanço da idade, as limitações intensificam-se, afetando a vida social e o acesso a direitos básicos, essenciais para qualquer cidadão.

Isso aumenta o risco de doenças e a debilitação da saúde, especialmente quando se é idoso, conforme dispõe o artigo 1º da Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Idosa. Portanto, cuidados diários e atenção redobrada são necessários.

O envelhecimento acelerado e maior vulnerabilidade à saúde, somado às limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais preexistentes, com os desafios inerentes ao envelhecimento (como a diminuição da força muscular, problemas de visão e audição e maior fragilidade física) geram uma maior vulnerabilidade dependência de cuidados. Esse conjunto de fatores contribui para uma pior qualidade de vida e uma maior necessidade de apoio social, políticas públicas e de serviços de saúde ao longo da vida.

A legislação previdenciária brasileira reconhece essas realidades, oferecendo proteção adicional às pessoas com deficiência. A Lei Complementar Nº 142/2013, por exemplo, regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, estabelecendo critérios especiais para a concessão de aposentadoria para pessoas com deficiência, buscando garantir um mínimo de segurança financeira a esse grupo particularmente vulnerável, reconhecendo as dificuldades impostas pelas deficiências em relação à inclusão no mercado de trabalho e à manutenção da independência econômica.

A marginalização social também representa um obstáculo significativo. É crucial implementar políticas que garantam a existência de uma vida digna às pessoas idosas com deficiência, no sentido de manter esta parcela da população ativa culturalmente e socialmente, diminuindo assim o estigma da invalidez e incapacidade e, consequentemente, a exclusão destas pessoas ao confinamento em suas casas ou em Instituição de Longa Permanência para as Pessoas Idosas (ILPI) sem contato com o mundo e suas diversidades.

A criação do Fundo da Pessoa Idosa trouxe a diminuição do confinamento. O Fundo é um importante mecanismo de financiamento para ações e programas voltados à promoção do bem-estar e à qualidade de vida das pessoas idosas no Brasil, incluindo aqueles com deficiência. Ele destina recursos para projetos que visam garantir os direitos desse grupo etário, que enfrentam desafios adicionais. As fontes do Fundo incluem, primordialmente, doações de pessoas físicas e jurídicas.

Programas como o “Viver Sem Limite”, implementado pelo Governo Federal, buscam ampliar o acesso à reabilitação física para pessoas com deficiência, além de outras ações voltadas à garantia dos Direitos Humanos



no Brasil. No entanto, segundo relatório publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), apontou em 2021, diversas dificuldades na implementação do programa, como a falta de institucionalização da Política Nacional da Pessoa com Deficiência, limitações de ordem física, humana e financeira e outros problemas (TCU, 2021). O novo Plano Viver sem Limite, lançado em 2023, para ser efetivamente implementado precisa de maior integração com estados e municípios.

Internacionalmente, países como o Canadá têm investido em programas de cidades inclusivas para idosos, promovendo acessibilidade em espaços públicos e sistemas de transporte. O projeto “Cidade amiga do idoso”, ainda implementado de forma muito tímida no Brasil, baseado no Protocolo de Vancouver, documento oriundo de reunião realizada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 2006, é um exemplo de como governos podem tornar cidades mais inclusivas, com particular atenção às demandas de idosos com deficiência, abordando vários aspectos da vida da pessoa idosa, como mobilidade, acessibilidade; moradia; participação social; inclusão social, serviços de saúde, dentre outros (MDS, 2018).

Conclusão

O envelhecimento ativo das pessoas com deficiência é um desafio complexo, de múltiplas camadas que exige ações articuladas entre sociedade civil, o governo e o setor privado. Enfrentar barreiras de acessibilidade, melhorar o acesso à saúde e combater a marginalização social

são passos cruciais para garantir uma transição saudável e digna para essa população. Políticas públicas inclusivas e eficazes, combinadas com iniciativas locais e globais, podem construir um futuro onde pessoas com deficiência possam envelhecer ativamente, exercendo seus direitos e ser parte da sociedade. É essencial fortalecer a fiscalização de leis como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional da Pessoa Idosa, além de investir em estratégias que garantam serviços de qualidade durante o envelhecimento, promovendo a equidade social. 🌐



Ana Lúcia de Oliveira é advogada; especialista em direito criminal e direitos da pessoa com deficiência; palestrante; Conselheira da OAB/Contagem; Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Contagem/

MG, representando a OAB/Contagem. Ex-assessora jurídica dos Conselhos Municipal de Políticas Públicas da Cidade de Contagem/MG. Ex-diretora da Diretoria de Políticas para as Pessoas com Deficiência da Sedese do Estado de Minas Gerais. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Minas Gerais. Ex-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/MG.

E-mail: analuciadireito@gmail.com

Rainhas da Mama: revolução feminina com ciência e humor



Essa é uma receita de utilidade pública em Ciência Aberta para mulheres 50+... e para todas as idades que tiverem “peito no coração”.

Sim, vamos falar de peito, mamilo, autoexame e mamografia - com classe, risadas e sem tabu.

Cuidar das mamas é um ato de realeza, sabedoria e autocuidado. Aos 50+, é mais que prevenção: é legado de amor-próprio.

Olá, majestade da mama !

Se você chegou aqui achando que este texto seria mais um panfleto triste e genérico de “Outubro Rosa”, respire aliviada: aqui é “Ciência Aberta”, com lápis de cor, com humor, com afeto e com verdades necessárias — ditas com doçura e coragem.

Você tem peito para isso. Literalmente.

Mas afinal... o que é o Câncer de Mama ?

Câncer de Mama é uma multiplicação descontrolada de células mamárias. Quando essas células se rebelam, podem formar nódulos ou se espalhar.

Sim, parece vilão de filme. Mas a boa notícia é que quando descoberto cedo, tem altas chances de cura.

SINAIS QUE VALEM UM OLHAR CARINHOSO:

- Nódulo (carocinho) na mama ou axila;
- Mudanças no formato ou tamanho da mama;
- Saída de líquido pelo mamilo (sem aviso);
- Pele da mama enrugada (tipo casca de laranja);
- Vermelhidão, dor persistente ou retração do mamilo.

ATENÇÃO: 80% dos nódulos são benignos, mas quem ama, examina.

“Marcha das Células do Bem”

Cuidar das mamas é um movimento político do corpo - onde cada célula pede amor e atenção. Ciência é revolução interna !

ENTÃO COMO SE CUIDAR, MEU AMOR ?

E não deixar para depois o autocuidado que pode salvar sua vida ?

1. Toque-se com amor - Fazer o autoexame uma vez por mês, preferencialmente 7 dias após a menstruação ou em data fixa para quem não menstrua mais. Conhecer seu corpo é conhecer sua história. E ele fala! Escute seus seios.

2. Mamografia: a rainha das prevenções - A partir dos 50 anos, mamografia anual é regra de ouro (e de saúde pública). Mas, se tiver histórico familiar, comece antes. Fale com sua ginecologista ou mastologista.

3. Licopeno, Zinco e Chá Verde também são feministas !

Coma como uma deusa antioxidante:

- Tomate, melancia, goiaba (licopeno, um anti-herói do câncer);
- Castanhas, sementes e frutos do mar (zinco, um guerreiro celular);

- Chá verde todo dia (além de elegante, é anti-inflamatório).
- Evite os inimigos clássicos: açúcar refinado, frituras, álcool em excesso, estresse e pessoas tóxicas (em todos os sentidos).

4. Mexa esse corpo sagrado !

Exercício físico reduz até 20% o risco de câncer de mama. Não precisa correr maratona: dança, caminhada, pilates, taichi, jardinagem... vale tudo que te mova com alegria.

5. Medite, respire, durma bem e viva melhor

O estresse crônico inflama o corpo. Respiração consciente, meditação guiada, uma playlist boa e um cochilo merecido valem mais que muita terapia cara. Mas a terapia também ajuda, viu ?

E QUEM JÁ PASSOU DOS 50 ?

Primeiro: parabéns. Você é um oráculo vivo. Mas saiba: aos 50+, a mama muda e exige outro olhar.

- A pele afina.
- A densidade mamária muda.
- O risco de câncer de mama aumenta - mas também a chance de o detectar precocemente.

Então, bora cuidar com mais ciência e menos drama.

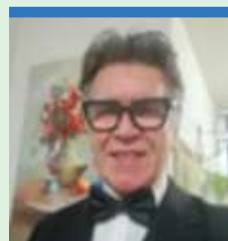
RESUMO PARA RAINHAS ROSA COM TODAS AS CORES:

- Faça autoexame com carinho
- Mamografia todo ano, sem desculpas
- Coma como uma deusa da saúde
- Mexa-se, dance e respire
- Consulte o médico, sim
- Durma bem, ame melhor
- Reine sobre seu corpo com sabedoria, afeto e ciência

CIÊNCIA ABERTA NÃO PRECISA SER UM PDF SEM GRAÇA.

Divulgar saúde é um ato de amor coletivo. Que seja também divertido, acessível e afetuoso. Não estamos aqui só para evitar o câncer - estamos aqui pra VIVER BEM, com peito aberto e coração leve.

A ideia é que é possível enxergar o mundo com mais leveza e simplicidade. Em vez de uma representação hiper-realista ou complexa, opta-se por um estilo de lápis de cor infantil e acolhedor, evocando memórias de infância, pureza e afeto. O uso do traço manual reforça o sentimento de humanidade, ternura e conexão com o cotidiano. 🎨



Professor **Guto Maia Baptista** é pesquisador docente de Neurociências, professor e orientador da pós-graduação ENSP/Fiocruz, adepto da CIÊNCIA ABERTA. É especialista pós-graduado em Docência do Ensino Superior, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Direitos Humanos, Saúde, Acessibilidade e Inclusão. Instagram: @nomadismoverbal

A importância do check-up em idosos



Com a idade, o organismo passa por diversas alterações, e com elas, temos o grande aumento do risco no que se diz respeito ao desenvolvimento de doenças crônicas, degenerativas e outras complicações comuns da idade. Tendo isso em vista, a realização periódica de check-ups de saúde torna-se essencial para a promoção da longevidade, bem-estar, a prevenção de doenças e o monitoramento de condições pré-existentes em idosos. Este artigo tem por foco dicas, e também, um breve resumo sobre a relevância dos exames de rotina na terceira idade, seus benefícios e as principais avaliações recomendadas para esse público.

Importância do check-up

O envelhecimento populacional é uma verdade e uma tendência mundial. Com isso, sempre se tem novas demandas em saúde, sendo as mais importantes a atenção preventiva, feita através de acompanhamento ativo do estado clínico dos idosos. O check-up periódico permite o diagnóstico precoce de doenças, reduzindo complicações e melhorando a qualidade de vida. O cuidado com a saúde do idoso deve ser contínuo, personalizado e centrado na prevenção.

O corpo e a idade

Com o tempo, o corpo humano já não funciona “a todo

vapor” por assim dizer. A imunidade enfraquece, os ossos não tem mais a mesma resistência, a pressão arterial tende a se elevar, e surgem condições de saúde como diabetes, hipertensão, osteoporose e alterações cognitivas tornam-se mais frequentes. Por isso, o check-up e acompanhamento médico são recomendados para detectar alterações silenciosas antes que se agravem.

Benefícios do check-up periódico

O check-up em idosos oferece múltiplos benefícios:

- A já citada detecção precoce de doenças como câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e problemas renais;
- Acompanhamento de condições crônicas, ajustando medicações conforme necessário;
- Avaliação da saúde mental, incluindo triagem para depressão e demência;
- Promoção de hábitos saudáveis, por meio da orientação médica regular.
- Além disso, o acompanhamento fortalece o vínculo entre o paciente e o profissional de saúde, promovendo maior adesão ao tratamento.

Exames comumente recomendados

Os exames mais indicados para idosos incluem:

- Hemograma completo e bioquímica sanguínea (glicemia, colesterol, função hepática e renal);
- Eletrocardiograma (ECG) e teste de esforço cardíaco;
- Densitometria óssea, para avaliação da osteoporose;
- Exames oftalmológicos e fonoaudiólogo;
- Triagem para câncer (como mamografia, colonoscopia e PSA, dependendo do sexo e histórico familiar);
- Avaliação cognitiva, especialmente em casos de queixas de memória.
- Outros podem ser inclusos ou excluídos desta lista. Na dúvida consulte seu médico.

A importância da prevenção e educação em saúde

O check-up conscientiza a prevenção. Ao identificar fatores de risco e oferecer orientações sobre nutrição, atividade física, controle do estresse e adesão ao tratamento, o acompanhamento médico transforma-se em uma ferramenta de educação em saúde e promoção do envelhecimento ativo.

Conclusão

O check-up periódico é uma prática essencial para a saúde do idoso. Ele permite diagnósticos precoces, previne complicações e contribui para uma vida mais longa, ativa e com qualidade.



Marcos Freitas é pessoa com deficiência, graduado em Biomedicina e ativista na causa PcD.
E-mail: marcos.frts20@gmail.com



Envelhecer sem amadurecer

O Brasil atravessa uma inflexão histórica em sua estrutura demográfica. Em 2023, o país contabilizou 2,5 milhões de nascimentos — o menor número desde 1976, conforme os dados compilados pelo IBGE. Trata-se do quinto ano consecutivo de queda. O total de registros ficou 12% abaixo da média de 2015 a 2019, ano imediatamente anterior ao do início da pandemia. Mais do que os números em si, porém, o que importa é o que eles indicam: o encerramento de um ciclo histórico e o início de uma nova era para a sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, o país viveu uma janela de oportunidade rara: o bônus demográfico — quando a parcela da população em idade ativa supera a de crianças e aposentados. Essa estrutura populacional favoreceu a expansão da renda, a redução da pobreza e o crescimento do consumo. Era um período em que havia mais gente produzindo do que dependendo, gerando excedentes de trabalho, arrecadação e dinamismo econômico.

Essa janela, no entanto, está se fechando — e, de forma preocupante, sem que o país tenha aproveitado plenamente seu potencial. O Brasil vai chegar ao fim do bônus demográfico ainda marcado por

graves deficiências em educação, produtividade e equidade social. A fecundidade média caiu para 1,57 filho por mulher, abaixo do nível de reposição populacional, e o envelhecimento da população se tornou uma tendência irreversível. Em outras palavras, o país está ficando mais velho antes de ter ficado rico — ou mesmo de ter garantido uma base educacional sólida à sua população.

As causas da queda na natalidade são conhecidas: maior escolarização feminina, urbanização acelerada, instabilidade econômica, dificuldade de conciliar trabalho e família, precariedade habitacional, entre outras. A pandemia, com seus efeitos sanitários, psicológicos e sociais, também ampliou a incerteza sobre o futuro, tornando a decisão de ter filhos ainda mais difícil para muitos.

A queda da natalidade, entretanto, não é um problema em si. Muitas vezes, ela expressa fatos importantes: maior autonomia das mulheres, liberdade de escolha, novas aspirações de vida. O problema está na desconexão entre essa nova realidade demográfica e o desenho institucional do país. Seguimos operando com estruturas pensadas para um Brasil jovem — um sistema previdenciário que supõe uma base

ampla de contribuintes; uma rede urbana pouco preparada para a população idosa; um mercado de trabalho que marginaliza e desampara os mais velhos.

Diante desse novo cenário, o país precisará fazer escolhas de longo prazo. O envelhecimento populacional impõe uma agenda de Estado: reformar a Previdência de forma sustentável, adaptar o sistema de saúde ao cuidado contínuo, repensar o papel dos idosos como força produtiva, e criar políticas eficazes de requalificação profissional. Será preciso valorizar a longevidade como ativo social e econômico — e não como fardo.

As disparidades regionais acrescentam mais uma camada de complexidade. Enquanto o Norte ainda apresenta taxas de nascimento mais altas (1,83 filhos por mulher em 2023), o Sudeste, Sul e Nordeste já se alinham aos padrões de países desenvolvidos. Essa heterogeneidade demanda políticas federativas sensíveis às realidades locais, sob pena de acentuar as desigualdades já existentes entre regiões mais envelhecidas e mais jovens.

O período de bônus demográfico deveria ter sido o início de uma nova etapa de amadurecimento econômico e social. Mas, em vez de consolidar avanços em produtividade, educação e equidade, o Brasil parece estar atravessando esse período com um gosto de chance perdida. Agora, o desafio é transformar esse cenário em impulso para uma reformulação profunda do projeto de país. Trata-se, em última instância, de responder a uma pergunta decisiva: que sociedade queremos construir à medida que envelhecemos?

O tempo é lento, mas implacável. Ele cobra com atraso, mas com juros altos. Ainda há margem para agir — desde que se abandonem soluções improvisadas e se invista, com coragem e visão de futuro, em um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e compatível com o Brasil que envelhece. 🌐



Dimas Ramalho
é conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

ARIETE ANGOTTI

Nanismo

Maquiagem: André Lima

Foto: Kica de Castro



Se é acessível, tá no app da Biomob.

Descubra lugares, serviços, produtos e até vagas de emprego com acessibilidade comprovada, mapeados por quem entende do assunto. É autonomia na palma da mão!



Confira as funcionalidades do app:

- Consulta e avaliação de locais acessíveis;
- Navegação assistida;
- Notícias sobre acessibilidade;
- Vagas de emprego;
- Vagas de Ator;
- Consulta de exposições acessíveis;
- Consulta de eventos acessíveis;
- Uso de QR code e NFC;
- Consulta e rota para espaços multissensoriais.

Acompanhe as novidades em nossas redes.

 biomobguia  biomobguia

 biomob  biomobguia

 **BIOMOB**
equidade e inovação

NOVO NISSAN KICKS

ATTITUDE TO DISRUPT



INOVADOR, MODERNO E COM
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PCD!



PORTA-MALAS
DE 170L



MAIS ESPAÇO INTERNO
E CONFORTO

FAÇA UM TEST DRIVE.

SAIBA MAIS EM NISSAN.COM.BR/NOVO-KICKS
Consulte condições em nissan.com.br/ofertas. Imagens ilustrativas



Desacelere. Seu bem maior é a vida.

NISSAN
**MOBILIDADE
PARA TODOS**